



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 131

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 2016

ANO V

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA	2869
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2869

TAQUIGRAFIA

ATA DA 33ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA.

Em 21 de Junho de 2016

Presidência do Sr.
Maurão de Carvalho -Presidente

Secretariado pelo Sr.
Lebrão - 1º Secretário

(Às 18 horas e 17 minutos é aberta a Sessão).

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (PRB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lázinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Cleiton Roque (PSB), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Leo Moraes (PTB) e Lúcia Tezera (PP).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a

33ª Sessão Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Peço a dispensa da leitura da Ata, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior e determino a sua publicação no Diário a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE RESOLUÇÃO 074/16 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Altera dispositivo do Regimento Interno.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Só fazer o registro aqui do vereador Presidente da Câmara, Jurandir Bengala, que também faz presença no nosso plenário. Por Questão de Ordem concedo ao deputado Marcelino Tenório.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Sr. Presidente, obrigado. Eu estava inscrito nas Comunicações de Lideranças, mas o então deputado Presidente, deputado Laerte Gomes, fizemos um acordo para que eu utilizasse só cinco minutos.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, o que me traz a esta Tribuna aqui é sobre a indicação da qual foi lida hoje aqui no plenário desta Assembleia, solicitando principalmente a Secretaria de Estado da Saúde, a SESA, deputada Glaucione, que em 2017 Vossa Excelência será a Prefeita daquele grandioso município Cacoal. E prefeitos que já estiveram de mandato, como aqui o deputado Adelino Follador, deputado Laerte Gomes, hoje principalmente esses pequenos municípios, há necessidade de deputado Lázinho, que o Estado, a SESA, e também o DER onde os municípios possam. Quando o Estado vai fazer um registro de preço para ele. Então, que ele possa ampliar pelo menos 80% a mais em todos os mate-

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2ª Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4ª Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

riais pensil e também medicamentos. Porque os pequenos municípios Deputado Airton Gurgacz, às vezes necessita comprar filmes para tirar um raio-X e a empresa que ele faz a licitação não entrega, não tem, e o cara fica lá para fazer um raio-X no Município, daí tem que sair de lá um exemplo, de Urupá para vir em Ji-Paraná fazer um raio-X. Há um desperdício de tempo e de financeiro para o Município. Então, o que o Estado através das suas licitações, com anuência do Tribunal de Contas do nosso Estado de Rondônia, que tem que ter essa visão também, que o Deputado Luizinho, que as Prefeituras tenham dentro dessas, desses registros de preços, para que você tenha condição de fazer um empenho Deputada Glaucione, ir lá adquirir os insumos, principalmente para saúde. E não é diferente também quando se trata de recapeamento, lama asfáltica, esses materiais de consumo que as Prefeituras necessitam. Eu tenho exemplo lá em Ouro Preto, nós tivemos um recurso de quinhentos mil reais Deputado Neidson, não conseguimos comprar os materiais; fazia a licitação e dava deserto, porque era pouquinho, era quinhentos mil reais. Mas, quando o Estado faz um montante de R\$ 20.000.000,00 vinte milhões de reais), mas ele poderá fazer de 80% a mais, isso é um exemplo. Então, ele vai fazer uma licitação para todos esses caps, brita, pó de brita, areia e os demais materiais de consumo. Então, ele vai fazer 80% a mais para que fique à disposição das Prefeituras, dessa forma, vai dar agilidade para os Municípios. Porque quem foi Prefeito sabe disso e quem será vai passar por essa dificuldade de não ter o registro de preço amplo. Deputado Luizinho Goebel, para que você possa fazer só empenho no seu Município aquela empresa vai lhe entregar, porque quando você faz uma licitação de trinta e seis milhões. Quantos milhões são feitos na área da saúde, são milhões e milhões. E o Município às vezes está lá com duzentos mil reais para comprar e o cara que ganha a metade é lá do Paraná, a metade é lá do Rio Grande do Sul e o Município fica sem condições de dar, pelo menos um mínimo de assistência na saúde. E não é diferente também quando se fala do DER. Então, eu trago ao conhecimento de Vossa Excelência aqui para que se vocês também puderem fazer isso, juntamente ao nosso Secretário de Estado, o Dr. Maiorquim, também ao nosso diretor do DER, Ezequiel Neiva, para que ele possa fazer essa abertura demais no registro de preço, se ele está fazendo o registro de preço para atender a necessidade do Estado, que ele aumente pelo menos mais 80%; nós somos 52 Municípios, para que assim haja agilidade dos nossos municípios, na área de infraestrutura e também da saúde, tenha mais agilidade para atender a nossa população.

O SR. DR. NEIDSON— Um aparte Deputado?

O SR. MARCELINO TENÓRIO — Um aparte ao Deputado Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON — Só para registrar, nós tivemos também numa conversa com o Dr. Maiorquim, que é o Secretário atual agora da saúde do Estado de Rondônia e ele já está providenciando uma ata a parte do que eles utilizam aqui no Governo do Estado, para que possam ser aderida pelos 52 Municípios do Estado de Rondônia, principalmente de medicamentos e insumos, ou seja, nós poderíamos aqui através da sua fala já,

orientarmos também ou até solicitar das outras Secretarias que possam ter uma ata de registro de preço separada da do Governo, para que possa disponibilizar para as Prefeituras e eles não teriam nem aquela desculpa da demora, tanto da licitação, quanto dos preços que não teriam como comprar um medicamento, por exemplo, que hoje custa, vamos dizer, uma dipirona dez centavos, vamos comprar por um real um comprimido. Então, fica essa dica aí, e a Secretaria de Saúde já está realizando essa ata de registro de preço para disponibilizar somente aos municípios e o Estado vai ter a ata própria deles também de registro de preço, que vai ser a mesma, mas só que uma é diferente da do Governo do Estado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO — Obrigado Deputado Dr. Neidson, o conhecimento que Vossa Excelência tem na área de medicina não poderia ter uma colaboração melhor do que a sua.

O SR. LUIZINHO GOEBEL — Um aparte Deputado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO — Passo a palavra ao Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL — Deputado Marcelino, parabenizar Vossa Excelência por trazer a esta Tribuna esse tema. E eu entendo que esse equipamento, ele é de extrema necessidade, portanto, aquisição Deputado Adelino Follador, muitas vezes realmente é difícil de ser feito, principalmente quando o Município é pequeno, por quê? Porque até uma equipe para fazer licitação, Procuradores, é difícil do Município ter e manter. E muitas vezes esses pequenos Municípios são os que mais precisam, eles também têm dificuldades, muitas vezes estão em inadimplência e não podem comprar. Eu vou citar uma situação do município de Vilhena. O raio-X do município de Vilhena que tem 100 mil habitantes, que atende uma região de 250 mil habitantes, ele ainda é analógico; você tem que pegar aquela chapa antiga, aquele filme, você bate 05, 06 vezes um raio-X, passa naquele processador e quando você vai entrar na regulação do Estado, que hoje é regulado o atendimento, o que tem que ser feito? Tem que pegar uma chapa daquela, daquele raio-X, muitas vezes coloca dentro de um veículo lá na cidade de Vilhena, leva até Cacoal ou até Porto Velho, para o médico daqui analisar para o paciente entrar na regulação, imagine só quem está lá todo quebrado esperando um atendimento. Então, realmente é muito grave isso, e é importante que a gente faça isso. Porque eu tenho certeza, que se nós conseguirmos esse registro de preço esse ano. Ano que vem todos os municípios de Rondônia, terão raio-X, porque aqui são vinte e quatro Deputados, são cinquenta e dois municípios e nem todos precisam. Nós já devemos ter quinze, vinte municípios que tem, se o Governo fizer esse registro de preço através da SESA, eu acredito que os cinquenta e dois municípios, vão receber esse equipamento através de Emenda Parlamentar dos Deputados de Rondônia. Então, isso é importante, as questões dos equipamentos, das máquinas também são importantes, mas eu ainda queria ver Deputado Marcelino, a gente vê quando o Governo Federal, por exemplo, cria um incentivo para aquisição de veículos, por exemplo, o IPI, é para incentivar compra de veículos. Então, isenta

as indústrias do IPI, tantas outras isenções que têm. E, eu queria saber, eu me pergunto por que até hoje não teve um Senador da República, um Deputado Federal, para fazer uma proposta ou o próprio Governo Federal, de anistiar a venda de medicamentos para os Municípios, para o Estado, enfim para as instituições públicas. Deputado Edson Martins, Deputado Adelino Follador que já foram Prefeitos sabem, se você pegar um medicamento de dez reais hoje, de dez reais, então, vamos lá, dez reais 30% é imposto, então, já foi para sete reais, 20% no mínimo 20% é do distribuidor, já foi para cinco reais. Sendo que, quem vende compra do distribuidor para vender para o poder público, ganha mais 20%, Então, o medicamento de dez reais passou a custar três reais, ou seja, se a gente tivesse um incentivo desse, a gente compraria três vezes mais, e a própria União, deveria tabelar medicamento Y, um comprimido de quinhentos miligramas de medicamento Y, o teto dele é um real. O Prefeito, o Governador pode chegar à prateleira de qualquer farmácia, distribuidora e comprar naquele preço, no máximo naquele preço.

Essa seria uma solução necessária aonde estão as pessoas, as pessoas estão nos Municípios.

Então, a União tem que fazer política voltada para as pessoas, e tem que atender os Municípios. E essa proposta, eu acho que ela é extremamente necessária, por quê? Se o Governo não proporciona, o Governo Federal, eu estou falando, não proporcionar esse incentivo, automaticamente ele vai cobrar, mas ele depois vai ter que devolver para a população o medicamento através do SUS ou dos programas de saúde. Então, porque não encurtar os caminhos e tirar os atravessadores que ficam com a maior parte que são as próprias indústrias, que é o próprio leão que é o que come o imposto, e as distribuidoras e os atravessadores muitas vezes empresas de mala, com certeza a população ganharia muito com isso. Então, parabéns Deputado Marcelino.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Obrigado Deputado Luizinho, pela sua colaboração.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Marcelino. Para contribui com o senhor, eu já fui Prefeito e realmente a gente tem essa dificuldade, infelizmente às vezes a distribuidora, ele aplica. O Deputado Luizinho, foi muito bem quando ele falou 20%, eles aplicam, às vezes 200%, 300% em cima de medicamentos. É um absurdo. Se nós conseguíssemos, o Poder Público, o Governo do Estado, conseguisse realmente facilitar a vida dos pequenos Municípios, principalmente os que comprem em pequenas proporções os medicamentos, com certeza seria um grande feito porque os medicamentos faltam lá nas prefeituras, mas não é falta de recurso, é falta de instrumento, de condição realmente de fazer licitação e adquirir os medicamentos pelo preço justo, porque o preço realmente que eles aplicam em cima é abusivo e inviabiliza o Município realmente de ter os medicamentos para atender à necessidade da população. Muito obrigado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Obrigado Deputado Edson Martins, agora o Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero parabenizar Deputado Marcelino, por trazer esse assunto. E eu quero dizer também

que, eu lembro que quando assumi a segunda vez a Prefeitura, tinha um processo já pronto para pagar, pronto para pegar os medicamentos. Eram noventa e oito mil e oitocentos reais, lembro muito bem. Então eu fui e peguei, fui à farmácia e comecei a fazer uma pesquisa baseado naqueles medicamentos que tinham lá, eu vi que estava exagerado.

Eu abri um pregão eletrônico e abri para todo o Brasil participar, eu comprei a mesma coisa por trinta e sete mil reais. Então, existe muita, naquela operação que houve inclusive envolveu aqui a Prefeitura de Porto Velho, não sei se vocês lembram, isso foi noticiado em nível nacional. O comprimido que era R\$ 0,80 foi vendido a R\$ 7.20. Então veja quantos por cento foi colocado em cima. Então, com certeza se tiver um pregão sério, tanto de medicamentos quanto de equipamentos, transparente, uma coisa dentro de uma lógica, que o fornecedor possa entregar, vai ajudar muito os Municípios a evitar cair na mão de alguns grupos que dominam o mercado e acabam botando as Prefeituras num canto, muitas vezes tem mal intencionados, muitos são mal intencionados e outros porque, Deputado Edson, que o pessoal também tem determinados remédios que alguns laboratórios dominam e eles fazem o preço que eles querem, principalmente para o poder público. Então com certeza é muito... Mas tem a questão de gestão que é muito séria também nas Prefeituras. Tem que ter gestão, tem que colocar Secretário de Saúde que conheça. Eu vejo muitos Prefeitos trocando Secretário de Saúde toda hora. Isso é muito grave porque, quando ele começa a pegar o fio da meada, troca.

Então, nós temos que ter mais profissionalismo na Saúde do Estado de Rondônia e de todo Brasil.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Um aparte, nobre Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Deputado, Vossa Excelência quando sobe a esta Tribuna para falar, realmente o tema é importante. O Deputado Adelino falou muito bem essa questão de gestão, que hoje é o maior problema da Saúde dos Municípios. Tem a dificuldade de recurso, tem, isso é um fato. Mas a gente já foi Prefeito e tem vários que tem experiência, tem o Dr. Neidson que é médico, muita falta de gestão, a maioria dos casos. O Secretário de Saúde, ontem, Deputado Lazinho, nessa reunião em Ji-Paraná, a qual eu me pronunciei, Deputado Marcelino, Vossa Excelência não estava aqui, do retorno das cirurgias ortopédicas para Ji-Paraná, para a nossa região central, ele disse que está acertando agora, já estive com o Ministério Público, Tribunal de Contas, Ministério Público de Contas, está fazendo uma grande ata para baixa, média e alta complexidade de medicamentos, já incluindo os Municípios, para que os Municípios possam pegar carona. Não é carona, possam adentrar, usar essa ata para fazer aquisição de medicamentos. Isso ocorrendo, vai ser um passo, Deputado Adelino, importante, importantíssimo para aquisição e compra de medicamentos para todos os municípios do Estado de Rondônia. A gente sabe que muitas vezes tem empresas de fora que vem no pregão, como ganha um lote menor, depois entrega e desiste. A gente sabe que tem esse problema. Apesar de que o pregão eletrônico é uma ferramenta que baixa o preço muito, o desconto é muito grande. Mas eu acho que essa posição do Secretário Estadual de Saúde, eu não sei se Vossa Excelência

conversou com ele, com o Maiorquim, mas já está elaborando essa ata de registro de preço não só para a responsabilidade do governo, mas para os municípios também, fazendo uma ata para que os municípios possam acompanhar essa ata e fazer aquisição dos seus medicamentos através dessa ata. Então eu acho que é um passo importantíssimo que o Estado está dando para contribuir com os municípios também.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Obrigado, Deputado Laerte Gomes. Vossas Excelências, Deputado Laerte, Deputado Edson Martins, Deputado Adelino Follador, que foram Prefeitos já passaram por isso. Agora agilidade, Deputado Lazineho, Deputado Jesuíno, é muito importante. Hoje nós temos, por exemplo, tem uma única firma no País que vende os tubos armcos. A Prefeitura estando com recurso, ela simplesmente faz o empenho, paga, e quando é com 30, 60 dias já está entregue aqueles tubos armcos. E quando os municípios fazem aquelas pequenas estações para compra de equipamentos, eu tiro pelo município de Ouro Preto do Oeste, a licitação quem ganhou dos filmes de raio-X, Deputado Luizinho Goebel, que ele não é analógico, mas já é mais moderno, é digital, mas mesmo assim não, a entrega era 30 dias atrás, até hoje ele não entregou. O Município teve que vir ao Estado para que ele empresasse enquanto ele chegasse. Agora, você imagine, 30 dias já tem de atraso do prazo determinado. E quando você tem uma ata grande dessa você vai ter sempre condições de fazer o seu empenho e comprar na ata do Estado que aí vai dar mais celeridade, vai dar mais confiabilidade porque é uma ata grande. São brigas, que eles vão brigar pelo preço. O custo cai lá embaixo, porque quando o Prefeito vai e licita 200 mil reais é uma coisa, quando tem uma licitação de 10 milhões é outra. Então você na capacidade maior que está vendendo, você ganha menos, mas no volume você ganha mais. Agora, no município pequeno não, você vai, 200 mil, aí, Deputado Dr. Neidson, às vezes o medicamento que custa R\$ 10,00 o cara vai lá e cota por R\$ 15,00, quer dizer, são 50%. E não tem o que fazer porque as outras fizeram a mesma coisa, você comprou pelo preço menor, mas o preço menor custou quase 40%, 50% a mais. Um exemplo aqui para vocês, Deputado Edson Martins, o município de Mirante da Serra que passou no ano passado por aquelas dificuldades que Vossas Excelências viram e assistiram nos jornais. Lá quebraram as duas ambulâncias que tinha em movimento. E o Promotor de Justiça de Ouro Preto disse: “Prefeito, você tem que mandar arrumar as ambulâncias”. Ele foi e disse: mas como eu vou arrumar, aonde é que eu vou arrumar o recurso? Não tem dinheiro no caixa, não tem dinheiro em canto nenhum. Os recursos que tinham nos convênios foram retirados, eu tenho que cobrir esse convênio ou então devolver ele. E ele fez, não é carta convite, ele foi fazer a cotação. A cotação ele fez lá em cinco mecânicas, para fazer a parte total das duas ambulâncias ficava em R\$19.800,00, Deputado Jesuíno Boabaid, ele não tinha esse dinheiro para pagar. E, ele foi ao Tribunal de Justiça do nosso município lá em Ouro Preto do Oeste, no Fórum. Como eles têm aquele fundo das pessoas que fazem algum delito que paga e fica ali, eles não podem mandar fazer com o pagamento a vista. E ele foi novamente às mesmas mecânicas. E por incrível que pareça fez do mesmo jeitinho que estava e mais um pouquinho a mais do que R\$9.600,00. Então, pessoal, quer dizer que licitação de

pequenas coisas Deputado Lazineho da Fetagro, pelo amor de Deus isso não existe. Então a transparência, aí onde é que está Deputado Jesuíno Boabaid, Deputado Alex Redano, a transparência neste sentido que o Governo do Estado vai lá e abriga por um montante maior, fica mais visível, que se houver algum problema vai ali no Ministério Público, está o Tribunal de Contas ali presente para poder resolver. Por que não precisa os Prefeitos estarem com problema com o Tribunal de Contas, Ministério Público porque ele está comprando com uma ata que foi sancionada, foi publicada pelo Estado do nosso Estado. Então fica mais visível e o preço cai. E assim a economia por pequeno município Deputado Jesuíno Boabaid, vai sobrar recursos, ele não vai dar muito trabalho para o Estado e vai sobrar recursos para o nosso Estado, para que ele possa fazer aquilo que ele tem que fazer: Saúde, Educação e Segurança.

Mas Presidente, muito obrigado por esse tempo que se excedeu, mas essas eram as minhas palavras que eu tinha a trazer a esta Tribuna nesta tarde. Muito obrigado.

(Às 18h30min o senhor Maurão de Carvalho passou a Presidência ao senhor Edson Martins)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Marcelino. Estamos... O Projeto de Resolução 074/16 do Deputado Jesuíno Boabaid. Está sem relatório.

Solicito ao ilustre deputado Adelino Follador para que proceda ao parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 074/16 do Deputado Jesuíno Boabaid. Altera o dispositivo do Regimento Interno.

Com certeza o deputado está vendo para poder funcionar melhor as Comissões, e para melhorar vai colaborar a Casa.

Somos de Parecer favorável pelas Comissões Pertinentes, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável do eminente Deputado Adelino Follador. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram os contrários se manifestem. Está aprovado o Parecer.

Em discussão única, encerrada a discussão. Em votação o Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram os contrários se manifestem. Está aprovado o Projeto. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 051 DO PODER EXECUTIVO / MENSAGEM 302. Altera a redação de dispositivo e do anexo II, da Lei Complementar nº841, de 27 de novembro de 2015, que altera e acrescenta dispositivos das Leis Complementares nº827, de 15 de junho de 2015, nº622, de 11 de julho de 2011, nº447, de 2 de junho de 2008, nº68, de 9 dezembro de 1992, e Lei nº 2.981, de 5 de março de 2013, revoga a Lei Complementar nº706, de 10 de abril de 2013, e o artigo 47, da Lei Complementar nº827 da Superintendência de Suprimentos, Logísticas e Gastos Públicos Essenciais - SUGESPE e dá outras providências.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Cadê os sete do PMDB para ajudar o Governo aí, hein?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei do Poder Executivo 051/16. O Projeto já se encontra com Parecer. Em 1ª discussão e votação o Projeto. Votação nominal. O Painel já está aberto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, só registrar que tem um requerimento de nossa autoria, eles encaminharam a resposta, o motivo pelo qual a gente pede, já foram dadas as devidas informações a aprovação do referido Projeto. Somente altera a nomenclatura.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 15 votos favoráveis e 9 ausências está aprovado o Projeto. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 079/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 050. Altera o inciso I do artigo 2º e o artigo 7º da lei Complementar 842, de 27 de novembro de 2015, que 'instituiu o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza de Rondônia - FECOEP/RO, conforme disposto no artigo 82 do Ato das Disposições Transitórias - ADCT, da Constituição Federal, e dá outras providências'.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Projeto de Lei Complementar 079/2016, em primeira discussão e votação.

O SR. LAERTE GOMES - Só colocar, Sr. Presidente, que o Deputado Jesuíno também abriu mão das informações deste projeto, agradecer ao Deputado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em primeira votação, o painel já está aberto, votação nominal.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 15 votos favoráveis, está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 084/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 062. Revoga os anexos referentes a Memória de Cálculo I, Memória de Cálculo II e Memória de Cálculo III, da Lei Complementar nº 867, de 12 de abril de 2016, que 'Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 680, de 7 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Rondônia e dá outras providências'.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Projeto de Lei Complementar 084/2016, encontra-se sem parecer da Comissão de Finanças. Solicito ao Ilustre Deputado Aécio da TV para que possa proceder o parecer por essa Comissão ou pelas Comissões Pertinentes.

O SR. AÉLCIO DA TV - Sr. Presidente, o Projeto de Lei Complementar 084/2016 de autoria do Poder Executivo, Mensagem 062. Revoga os anexos referentes à Memória de Cálculo I, Memória de Cálculo II e Memória de Cálculo III, da Lei Complementar nº 867, de 12 de abril de 2016, que altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 680, de 7 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Física do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O parecer pela nossa Comissão de Finanças, Orçamento e Organização Administrativa, pelas Comissões Pertinentes o parecer é favorável.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão o parecer favorável do Ilustre Deputado Aécio da TV.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Memória de Cálculo, vai usar qual memória agora, Deputado Laerte? Quais são as memórias que serão utilizadas a partir do momento da revogação, vai aplicar qual memória? Esse projeto de lei revoga os anexos que são as memórias de cálculo do...

O SR. JESUÍNO BOABAID - E vai usar agora qual memória? Isso é o Plano, tem uma tabela.

O SR. LAERTE GOMES – Esse Projeto nobre Deputado, simplesmente, ele revoga as Memórias de Cálculo I, II, III constante na Lei 867, visto que não eram parte integrante da referida Lei Complementar.

Então, foi um erro material que colocaram esses anexos a esse Projeto e que não tem nada a ver com ele.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só isso. Só para ficar registrado então. Só isso.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão e votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em 1ª discussão e votação o Projeto. Votação nominal, o painel já está aberto.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Presidente, enquanto registramos as presenças, quero aqui em nome de todos os Parlamentares, congratular, parabenizar um servidor desta Casa que está de aniversário hoje, colhendo mais uma rosa no jardim da vida o nosso amigo Maique, servidor aqui da área de Comunicação, conhecido carinhosamente pelos íntimos, pela alcunha de “Lobinho”, pessoa muito querida aqui por todos desta Casa e parabenizamos o senhor pela passagem do seu aniversário; está “Lobinho”, um abraço.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Parabéns Maique, que Deus te conceda muitos e muitos anos de vida.

O SR. ALEX REDANO – Sr. Presidente, só aproveitar enquanto os companheiros estão votando reforçar o convite, quinta-feira uma Audiência Pública para apresentação dos “Anjos da BR-364”. São enfermeiros, são médicos, bombeiros que doam esse trabalho, fazem esse trabalho voluntário, e gostariam de apresentar esse trabalho para os Deputados. Eles já contam com alguma estrutura e a intenção deles é envolver todo o Estado. Obrigado senhor Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Que horas?

O SR. ALEX REDANO – Quinta-feira, às 15h.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Quinta-feira às 15h, Audiência Pública para debater sobre os Anjos da Estrada, da BR-364.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lázinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 14 votos favoráveis está aprovado. Vai a 2ª Discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 092 / 16 DO PODER EXECUTIVO / MENSAGEM 101. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 296, de 16 de janeiro de 2004, que “Cria o Fundo de Desenvolvimento Institucional do Ministério Público do Estado de Rondônia – FUNDIMPER, e dá outras providências”.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em 1ª discussão e votação Projeto de Lei 092/16. Não havendo quem queira discutir, em votação. A votação é nominal, o painel já está aberto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Enquanto esse Projeto passou hoje, chegou ontem na Casa, mas é um Projeto de suma importância, inclusive, conversei com o Procurador Geral Dr. Airton, ele me explicou que trata apenas, eles criaram um grupo, exemplo de um grupo que vai atuar quanto a questão do FISCO, recuperação de dívidas, de multas...

O SR. LAERTE GOMES – Sonegação.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Isso. Sonegação de impostos. Ele me informou que hoje o Estado em média só de sonegação que tem a receber mais de cinco bilhões de reais, bi,

estou falando em bilhões, e esse Projeto vai apenas, já tem o Fundo, 10% do valor da multa vai ser destinado para reaparelhar, ele falou e melhorar a questão do sistema que existe do Ministério Público.

Então, esse Projeto é importante para que haja também essas recuperações de dívidas que o Estado hoje vive numa situação difícil. E outra questão que a gente deve defender é a questão da revisão, revisão dos incentivos fiscais. E isso nós temos que discutir também, é um tema de suma importância para o Estado de Rondônia. Muitas empresas que têm os devidos incentivos, bem como benefícios fiscais eles não dão nenhum benefício ao consumidor, ou seja, não há o retorno viável.

Então é um tema que também nós iremos discutir em breve nesta Casa.

O SR. LAERTE GOMES – Só para concluir ali enquanto está votando Sr. Presidente, essa questão do Ministério Público, criar esse Grupo de Trabalho que vai cuidar especificamente da sonegação, da evasão no Estado de Rondônia e é importante porque agora até hoje o Procurador Geral conversando conosco Deputado Lebrão, já disse que várias empresas foram chamadas que vão responder criminalmente agora, já estão acertando, parcelando e esta Casa aqui Deputado Adelino, Vossa Excelência estava junto, inclusive, veio a calhar o Projeto foi votado semana passada, do REFAZ, para dar oportunidade que essas empresas parem suas dívidas paguem com desconto de multa e de juros e sejam aptas a estar continuando e contribuindo com o Estado de Rondônia.

Então eu acho que é uma parceria importante que o Estado vai ganhar muito. E com a arrecadação desses recursos, que isso provavelmente a gente espera que não precise mais vir Projetos para cá para aumentar tributos.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim

- Deputado Só Na Bença

- sim

Com 16 votos favoráveis está aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 093/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 107. Altera o artigo 48 e as referências das gratificações dos Cargos de Direção Superior – CDS, constantes do Anexo II, da Lei Complementar nº 529, de 10 de novembro de 2009, que “Institui o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Servidores do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia – DER.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Projeto de Lei Complementar 093/16, já se encontra com parecer. Votação nominal, em primeira discussão e votação. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados, votação nominal. O painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- ausente

Com 15 votos favoráveis, está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 371/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 055. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por *superávit* financeiro, até o montante de R\$ 3.517.667,14 (três milhões, quinhentos e dezessete mil, seiscentos sessenta e sete reais e quatorze centavos), em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Especial de Reequipamento Policial – FUNRESPOL.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Projeto de Lei 371/16. **Encontra** sem parecer. Solicito ao ilustre Deputado Jesuíno Boabaid para que possa proceder o parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Enquanto o Deputado Jesuíno se dirija para dar o parecer Senhor Presidente, só dizer que o relator na CCJ, é o Deputado Léo Moraes e eu liguei agora para ele, ele está em viagem, está num curso e ele já autorizou que fosse votado o projeto e abriu mão da relatoria, Deputado Jesuíno, só para reforçar aqui.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Trata-se do Projeto de Lei 371/16, autor Poder Executivo, Mensagem 055. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por *superávit* financeiro, até o montante de R\$ 3.517.667,14 (três milhões, quinhentos e dezessete mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quatorze centavos), em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Especial de Reequipamento Policial – FUNRESPOL.

Somos de parecer favorável pelas Comissões Pertinentes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão o projeto, votação simbólica. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 096/1 DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Dá nova redação ao **Parágrafo único**, do artigo 11, da Lei Complementar nº 215, de 19 de julho de 1999, que “Cria a Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON”.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Solicito ao ilustre Deputado Lazinho da Fetagro, para que possa proceder o parecer pela Comissão de Agricultura, pelas Comissões Pertinentes. O ilustre Deputado Lazinho da Fetagro, vai proceder o parecer.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, Questão de Ordem. Só para, eu coloquei uma Emenda nesse projeto, o projeto do Deputado Adelino e foi aprovado com a concordância da CCJ, que seria, seria colocado que esses técnicos, o governador poderia escolher de livre nomeação, sem passar pelo Conselho Deliberativo, de livre nomeação dele ou da Secretaria de Agricultura ou da EMATER, ou da IDARON, então, quer dizer, do setor produtivo. E queria acrescentar na Emenda que foi colocada também na CCJ que essa nomeação ela só tem valor a partir que o cargo ficar vago. Porque hoje nós temos um Presidente do IDARON que foi empossado agora, recentemente, o ex-deputado federal, Anselmo. Quando o cargo vier a ficar vago, essa Lei entra em vigor.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Senhor Presidente, o projeto analisado pelas Comissões Pertinentes. É constitucional e tem o nosso parecer favorável, com as emendas, captando a emenda do Deputado Laerte Gomes. Favorável com as emendas do Deputado Laerte Gomes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Lazinho da Fetagro, com emendas. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação nominal e o painel já está aberto.

Só pedir aos Deputados que estão, que permaneçam vamos ter a segunda votação de todos os projetos que são nominais.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- ausente
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 15 votos favoráveis, está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 428/16 DO PODER EXECUTIVO / MENSAGEM 111. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 595.000,00 (quinhentos e noventa e cinco mil reais) em favor das Unidades Orçamentárias: Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e a Pesquisa do Estado de Rondônia – FAPERO e Superintendência do Estado de Políticas sobre Drogas.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 428/16. Encontra-se sem parecer da Comissão de Finanças. Solicito ao Deputado Aécio da TV, para que possa emitir o parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Só senhor Presidente. Só uma Questão de Ordem, só para esclarecer. Esse recurso, ele vai para FAPERO, que é um recurso destinado para efetivação e abertura definitiva do Laboratório de Análise do Solo, que está parado já há muito tempo, o prédio construído, estrutura construída e depende desse recurso. Porque o laboratório vai ficar sob a gestão da FAPERO. Então, para que abra o laboratório de análise. Então...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Onde é, é na CENTRER...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Não. Lá na EMBRAPA, aqui em Porto Velho, será um laboratório geral nessa questão de solo e outros, outros...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Importante investimento, com certeza.

O SR. AÉLCIO DA TV – Senhor Presidente, o Projeto de Lei 428/16 do Poder Executivo, Mensagem 111. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 595.000,00 (quinhentos e noventa e cinco mil reais), em favor das Unidades Orçamentárias: Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e a Pesquisa do Estado de Rondônia – FAPERO e Superintendência de Estado de Políticas sobre Drogas.

O parecer pelas Comissões Pertinentes, é o parecer favorável senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer do ilustre Deputado Aécio da TV. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em votação o Projeto, votação simbólica. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (Secretário *ad hoc*) - PROJETO DE LEI 424/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 105. Institui o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 424/16. Falta o parecer pela Comissão de Educação e Finanças. Solicito ao ilustre Deputado Aécio da TV. O Deputado Adelino Follador, possa proceder o parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, só para constar que essa matéria está em regime de urgência. Já foi aprovado aqui nesta Casa o requerimento.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 424/16. Institui o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências.

Sou de parecer favorável pelas Comissões Pertinentes, Presidente. Eu acho esse projeto muito importante para educação do Estado de Rondônia. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, só Questão de Ordem. Eu vou pedir vista do processo, em decorrência que quinta-feira haverá uma Audiência e o prazo de vista na questão da matéria de urgência, segue-se 6 dias. Então a devida vista, para que haja discussão com toda a parte técnica do sindicato bem como os professores. Então, em decorrência é isso, questão da Audiência Pública.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deferido o pedido de vista do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO DISPENSA DE INTERSTÍCIO. Requer a Mesa nos termos do Parágrafo único do artigo 199 Regimento Interno, seja dispensado Interstício Regimental para apreciação em segunda discussão e votação dos Projetos PLC 051/15; 079/16; 084/16; 092/16; 093/16; 096/16; Projeto de Lei 371/16; 428/16.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o Requerimento do ilustre Deputado Lebrão. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o Requerimento.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há mais matérias, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para em seguida a fim de apreciarmos em segunda discussão as matérias aprovadas nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 9 minutos).

**ATA DA 34ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
PARA DISCUTIR ÀS PROBLEMÁTICAS DAS VILAS
DE TEOTÔNIO, PAULO LEAL E BETEL**

Em 30 de junho de 2016

**Presidência do Sr.
Jesuino Boabaid – Deputado**

(Às 15 horas e 27 minutos é aberta a sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno

Boabaid, realiza Audiência Pública para discutir às problemáticas das Vilas de Teotônio, Paulo Leal e Betel.

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jesuíno Boabaid, proponente desta Audiência Pública; senhor Brito do Incra, Superintendente Regional do Incra; senhor Janduhy Freire Lima, representante da Sedam; Dr. Sérgio Condeli, representando a Diretoria Geral da Polícia Civil; Tenente Coronel PM Alcântara, Comandante do 1º Batalhão de Polícia Militar, representando aqui o Coronel PM Ênedy Dias de Araújo, Comandante Geral da Polícia Militar; senhor Nailson Noronha, Presidente da Comunidade Betel; senhor Francisco Geral de Lima, representante da Comunidade Paulo Leal. Queremos registrar aqui e agradecer a presença das demais autoridades, vocês que nos honram com suas visitas. Também Sua Excelência Senhor Deputado, registrar aqui a presença da senhora Eva, moradora da Comunidade Paulo Leal, que já está inscrita para fazer uso da palavra; Fabiana, moradora da Comunidade Betel, também está inscrita; o senhor Damião, morador da Comunidade Paulo Leal; Manoel Baiano, morador da Comunidade Paulo Leal; Durval Bispo, morador da Comunidade Paulo Leal; Sergio Lima, morador da Comunidade Paulo Leal; Renilson, morador da Vila de Teotônio e Eustáquio Chaves Godinho, Chefe da Divisão Fundiária do Incra; o Major Padilha, que representa a Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania; senhora Carla Daniele, representante da SEAGRI; Senhores, Senhoras, moradores de Teotônio; Paulo Leal, Betel e todos os que nos honram com suas presenças; o PM Cleison, está aqui também conosco.

O SR. JESUÍNO BOABAI D (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta esta Audiência Pública objetivando discutir às Problemáticas das Vilas de Teotônio, Paulo Leal e Betel. Hoje, pelo horário são 15 horas e 26 minutos, nós iremos abrir mão do canto do Hino Nacional e iremos prosseguir referente, discutir a questão da Audiência. Fui procurado por um grupo de moradores da Vila de Teotônio, Paulo Leal e Betel, nos reunimos e nessa reunião eles começaram a fazer alguns apontamentos quanto à questão de melhorias na questão do tráfego, bem como as compensações que eram das usinas e outras questões. E essa questão da, a Assembleia Legislativa vem, eu mais ainda, eu venho tratando todas as demandas quando somos provocados, em discussões com Audiências Públicas. E aí eu quero fazer um registro de forma, se encontra nesta Casa um Projeto de Lei a qual as usinas de Santo Antônio pedem um aumento de cota, por questões das 06 turbinas que serão, já estão em implantação, ou já deverão ser implantadas em breve. Eu vejo a falta de respeito e aqui fica o meu repúdio e a minha indignação com essas usinas. Foram notificados no dia o seu José Lúcio A. Gomes; Jirau, dia 28, são dois dias, mas tudo bem. O Santo Antônio, no dia 24, o senhor Eduardo de Melo Pinto, que deveria está presente ou encaminhar um representante legítimo. Eu quero dizer para esses representantes de Santo Antônio, bem como, porque esse Projeto seria discutido ontem e aprovado. Segunda-feira, tudo que for tratado hoje aqui, tudo que for tratado hoje se Santo Antônio, ele vai ter que fazer um termo de compromisso conosco aqui e vai ter que... E eu vou pensar ainda se vou abrir mão de mais informações a qual eu já requisitei informações, é por isso que eu

digo, tem que ter o posicionamento firme nesta Casa. E aqui é um recado para o secretário da Casa Civil, senhor Emerson Castro, é por conta dessas ações, dessas empresas, desses consócios que chegam, se instalam, prometem que vão dá compensações falam uma série de questões, porque a Vila de Teotônio para quem não conhece foram àquelas pessoas que foram atingidas, moravam nas proximidades e aí migram para uma localidade aonde prometeram casas, uma série de questões, bem como um complexo um complexo turístico e a estrada que seria de asfalto e outras questões. Então, Santo Antônio, já fica aqui o recado para os senhores que ontem estavam lá, tinha dois ontem aqui SEDAM, estava os dois desesperados para aprovar esse Projeto. E agora hoje eu vou ouvir de forma tranquila, é bom que está aqui o Brito, do INCRA, aqui tem o representante da SEDAM, tem outros representantes que podem nos trazer e elucidar alguns fatos. Mas de antemão, quero dizer que terça-feira, esse Projeto já vai ser transferido para outra, após o recesso. Se não houver, se não houver, porque eu já tinha informado que esse pessoal são todos folgados, são muito abusados, mas aqui não, não venha querer dá uma de, querer abusar da paciência que eu tenho o posicionamento firme, pode vir aqui até em respeito à minha mãe, a qual já é falecida, segunda-feira, eu tenho que reunir com essas figuras que pensam que são donos de Rondônia, chega aqui porque estalaram essas usinas, pensam que mandam e não mandam não, não mandam não. Então, eu queria iniciar a minha fala agradecer agora a composição da Mesa, pedir desculpas por questões porque é um ato que atentam não só contra o Estado de Rondônia, mas contra essa Casa, é uma falta de respeito, é uma falta de respeito que eu vou notificar esses órgãos novamente terça-feira, eles vão. Segunda-feira às quatro horas é a reunião, para quem quiser também estão convidados, a estarem presente a essa audiência com mais Deputados, bem com, aí estarão presente aqui, espero que estejam presente aqui, se não tiver também esse Projeto vai dormir aí, vai dormir, vai ficar aí, e não vem com desculpa que o Estado de Rondônia, está perdendo ICMS não, se tivesse interessados estaria aqui presente. Outra coisa, aqui estão à relação de todos que foram notificados DER, tem algum representante do DER aqui? Tem algum representante de Rondônia aqui, eu falo do Estado do Governo do Estado de Rondônia, além da SEDAM? Tem algum da SEDAM aqui? Só o senhor, mas tudo bem, vamos partir para as discussões, debates e agora, como eu sempre digo o Deputado Jesuíno, rígido, por gentileza isso aqui, isso aqui é lista de quem foram os convidados, eu peço para analisar. Então, eu quero agradecer a composição da Mesa, seu Brito do INCRA, Superintendente Regional do INCRA, Janduhy Freire Lima, Representante da SEDAM; Dr. Sérgio Condeli, Representante da Polícia Civil; Tenente Coronel Alcântara, Representante do Comando Geral da Polícia Militar; Nailson Noronha, Presidente da Comunidade Betel; Francisco Geraldo de Lima, Representante da Comunidade Paulo Leal, e bem todos que se encontram presente, todos os moradores, todas as pessoas que se encontram nas galerias, todos trabalhadores aqui desta Casa serventuários, jornalista, seguranças. Eu quero ouvir primeiro o representante da, cadê ele? O primeiro, eu quero ouvir o seu, é Betel não é? Nailson? Paulo Leal, então é o senhor? Então, o senhor Francisco Geraldo, eu queria ouvir o senhor fazer uso da palavra. O senhor pode ir ali?

O SR. FRANCISCO GERALDO DE LIMA – Eu quero dá meu boa tarde a todos que aqui estão presente e quem nos assiste pela mídia. Queremos agradecer também a pessoa do Deputado Jesuíno Boabaid, que está viabilizando também essa Audiência Pública. A questão de nós estarmos aqui reunidos é que nós estamos sofrendo danos indiretos por conta da instalação dessas usinas. Eu moro ali na Comunidade Paulo Leal, sou representante lá, e juntamente também tem a Comunidade Teotônio e Betel, a Teotônio atingindo diretamente a Betel e a Paulo Leal, foi atingido indiretamente. A questão hoje é a viabilização do asfaltamento daquela estrada do Teotônio, que antes ali aquela localidade era um setor turístico, que fizeram o favor de acabar com a cachoeira do Teotônio, hoje resta somente o nome. Muita gente ainda vem visitar pensando que ainda é como antes, e não é. Chega lá toma um susto, porque está tudo diferente. A Santo Antônio implantou um complexo Turístico ali, como meio de sobrevivência do povo ali daquela localidade, e parece que não deu certo, porque está abandonado, o que deveria ser feito não está sendo feito. O acesso é péssimo, cheio de curvas, cheio de... A sinalização é muito ruim. O Turista vai lá e volta indignado, porque o carro dele quebra. Já houve questões de assalto porque o arroteio que fizeram aumentou a quilometragem e teve casos já de pessoas que foram assaltadas, porque tem um trecho lá que tem mais de cinco quilômetros que não tem uma casa. O caminhão da Cristal mesmo já teve uma tentativa de assalto, teve lá com trocas de tiro. Então esse asfalto vai nos trazer o que? Mais segurança porque é uma comunidade que está... O Teotônio mesmo está quase há 50 quilômetros longe da Capital fazendo todos os arroteios que foram feitos. Quer dizer está uma área vulnerável. Nós da Comunidade Paulo Leal, nós somos indiretamente, fomos atingidos indiretamente. Por quê? Porque essa estrada passa por dentro da nossa Comunidade para dar acesso a essas outras duas Comunidades. Algumas pessoas que sobreviveram ali de vender frutas algum produto ali na beira da estrada, hoje estão tendo que migrar para a cidade. Eu montei algumas pastas aí mostrando que não só a Paulo Leal, mas como Teotônio e também a Betel. Teve um Êxodo Rural ali, aonde ali antes da Usina residiam mais de 200 famílias, hoje não dá 100 famílias. Para onde é que foi esse pessoal? Tiveram que ir embora atrás da sobrevivência em outro local. Então o asfaltamento vai nos viabilizar isso, quer dizer vai melhorar o comércio, vão nos dar mais segurança. O próprio SAMUR vai ter condições de chegar mais rápido. Tem uns dois anos atrás aconteceu de um rapaz que foi esfaqueado lá no Teotônio, foram duas viaturas para lá, uma capotou a outra teve que voltar para socorrer os que estavam feridos, quer dizer o rapaz não morreu por milagre de Deus, porque até chegar uma ambulância lá levou muito tempo. Então a gente quer agradecer a presença do deputado e também a presença da Comunidade que se faz presente, a gente convidou muito mais pessoas aqui só que não puderam vir por algum motivo. Mas a gente quer agradecer aos que estão aqui presentes, porque os que estão aqui mostram que estão interessados e não estão satisfeitos com a situação que está ocorrendo no momento. Então o foco central aqui é o asfaltamento, a gente quer esse asfaltamento como obra de ter uma compensação, um reparo daquilo que a gente perdeu. Porque não foram só danos materiais que a Santo Antônio tirou, foi danos emocional. Teve mui-

ta gente aqui hoje veio embora para cidade e está vivendo tipo prisioneiro, porque já é de idade não tem condições de estar saindo para qualquer canto enquanto lá na beira do rio da Colônia onde ele estava ele podia pescar o peixe dele nem que fosse pela sobrevivência, mas ele usava aquilo ali também como um esporte, um passatempo. Então eu acho que o dano maior que a Santo Antônio tirou do povo, causou ao povo não foi só material, social, teve uma desagregação social também entre essas Comunidades. Então, o dano maior foi o dano emocional. Isso aí não tem dinheiro que pague. A gente procura esse pessoal eles não estão nem aí. Eu já fiz documento, procurei, questionei essa questão do asfalto através de uma ata de reunião que a gente fez lá na minha Comunidade, encaminhamos para a Prefeitura, encaminhamos para o Ministério Público, encaminhamos para a Santo Antônio. O Ministério Público nos deu a resposta de que notificou a Prefeitura, mas não poderia fazer nada se não tivesse verba para fazer. Então eu acho que o culpado disto tudo, a responsabilidade verdadeiramente que tem que fazer é a Santo Antônio. A Santo Antônio é quem causou o desarranjo na situação. A Prefeitura é dever dela? É, sim, porque aquela área ali do Teotônio está agora como Zona Urbana, para quem não sabe está como Zona Urbana. Só que a Prefeitura não se manifesta por quê? Porque a Santo Antônio até hoje não passou nada de responsabilidade para a Prefeitura, então ela não vai semear em um terreno que ela não sabe se é dela ou se não é nada no papel. Então essa é a minha fala, a reclamação que eu tenho a fazer. Tem algumas pessoas ali também que tem alguma coisa para falar, o que piorou o que melhorou na Comunidade. Para mim essas usinas não trouxeram nada de benefício para a nossa Comunidade, a gente já procurou, eles fecham as portas, sempre dão algumas respostas que não tem nada a ver. Inclusive agora a gente não sabe nem onde é que está o escritório da Santo Antônio, eu ouvi falar que mudou para dentro do canteiro de Obras. Por que isso aí? Para excluir o povo deixar de atender o povo porque tem muita cobrança e quando o pessoal é cobrado eles se escondem, se escondem mesmo. Mas algumas vezes eu procurei a Santo Antônio, a respeito de qual era o Projeto que eles ali para aquela Comunidade e eles falaram que não tinham ligação com a Comunidade porque nós não tínhamos sido atingidos diretamente, ele tinha compromisso com aqueles que foram tirados da beira do rio, mas eu vejo que, tem compromisso sim, hoje você não dorme mais tranquilo de porta aberta ou janela aberta porque você não aguenta de carapanã, de dia mutuca e de noite é carapanã, sem contar com os animais peçonhentos cobra, lacraia, aranhas que são animais peçonhentos que vem para dentro da casa da gente. A gente procura eles, eles falam: “não, que isso aí não é caso deles, que eles não soltaram esses animais lá próximo à comunidade”. Só que eles acham que você vai soltar uma cobra aqui e ela vai ficar 10 anos aqui parada, ela vai atrás do que comer, tirar as matas da beira do rio, eles vão para onde temmato, vão procurar abrigo, procurar o que comer no outro lugar e isso, esses animais para aonde? Dentro das nossas casas. Tem pessoas aqui na plateia que a poucos dias matou cobra dentro do quarto, quer dizer, culpa de quem? As cobras estavam quietas lá no lugar delas, não é? Então, essa é a minha indignação por tudo o que está acontecendo, a gente quer pedir do Poder Público, do Poder que é de direito para viabilizar

a questão desse asfalto. A Nova Teotônio, que foi atingida diretamente, então a Santo Antônio tem obrigação sim de dar um meio de sobrevivência para aquele povo porque o pessoal está indo embora de lá, eu tirei fotos de algumas casas lá o pessoal está indo embora porque não tem como sobreviver, se você tem um tráfego bom, diminuir aquele rodeio lá que fizeram, aquele atalho lá, vai diminuir muito o acesso, quer dizer tem pessoas que gostariam de estarem morando lá e trabalhar aqui na cidade, mas teve que vir embora para cá porque não tem como bancar o gasto com carro, sem contar que agora a gente está ilhado também, a gente está sem ônibus, se você quiser chegar em casa você tem que pagar de cem a cento e cinquenta reais para você chegar com a sua cesta básica em casa. Eu mesmo, se eu quero vir para cidade eu estou andando 5 quilômetros de pé com alguma coisa nas costas para pegar o ônibus aqui na BR, aí você anda 5 quilômetros com 10 quilos, com 20 quilos nas costas, sendo que a estrada passa na frente da minha casa, quer dizer, o cara teve que tirar o ônibus porque estava quebrando demais e o povo foi indo embora e não tinha mais como custear as despesas nem do ônibus.

Então, eu acho que é obrigação sim da Santo Antônio ver isso aí, ela poderia fazer uma parceria com a Prefeitura, com o DER, com o DNIT, seja lá com quem for, quem for perito nessa área e dar condições para aquele povo, tem 70 e poucas famílias ainda ali naquela região, quer dizer, é voto. Vai aparecer muito neguinho hoje daqui para frente pedindo voto na tua casa sim, prometendo mundos e fundos, mas a gente queria que esse povo tivesse hoje aqui para assumir um compromisso com a comunidade, não só na palavra, mas, assinar um papel aqui, vamos fazer. Ah! Custa caro? Custa caro. E os nossos impostos está aonde? Cadê os royalties de compensação que a empresa paga para a Prefeitura? Ah! Não posso descontar. Sim. Então chama a Prefeitura e cobra dela. Dinheiro tem sim, eu garanto que dinheiro não tem eu, mas, as empresas, o Governo Federal, o Governo Estadual. Então, esse é o nosso pedido, a bandeira que a gente está levantando hoje junto com a comunidade é a busca desse asfalto. Obrigado a todos.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Senhor Nailson Noronha, Presidente da Comunidade Betel.

O SR. NAILSON NORONHA DE SOUZA – Boa tarde a todos! Sou Nailson Noronha de Souza, moro no Assentamento Betel há 05 anos, mas, antigo morador da Vila Nova de Teotônio.

Agradeço a todos que aqui estão participando, ao nosso Deputado o qual está à frente do trabalho, mas na realidade estamos aqui em nome do Assentamento Betel e nesta razão irei falar alguma coisa, o meu português é fraco, mas eu tenho certeza que todos vão me entender porque todos são portugueses também. A minha cultura é pouca, mas o que eu vou falar aqui todo mundo vai entender eu tenho certeza. Olha, o nosso Assentamento Betel ele existe há 28 anos, mas o Assentamento Betel ele nasceu da comunidade tirada de dentro da Vila Nova de Teotônio onde foi levado aquele povo do Assentamento Betel, há 28 anos até a data de 2009 não tínhamos reclamação de nada.

Então quer dizer, na data de 05 anos até agora, nós estamos com várias reclamações dos moradores, qual estão reclamando do que? O acesso, não temos estrada, a cultura

que o povo do Teotônio e o Assentamento Betel tinha se acabou, a cada dia que passa vai se acabando tudo. Então hoje o nosso pedido nesta Casa de lei é que faça uma vistoria, e tudo que eu estou falando aqui, cidadãos representantes de órgãos, se alguma coisa, se vocês forem fazer uma fiscalização e constar que eu estou mentindo eu posso pagar juridicamente por isso, eu pago juridicamente por isso porque eu estou aqui falando a verdade, estou aqui representando a minha comunidade assim como os senhores também representam algum órgão e eu preciso uma fiscalização rígida porque o meu povo não aguenta mais. Eu conheci esse povo em 82, na época de 82, era um povo que tinha fartura, era um povo que tinha coisas com abundância, hoje você chega na minha comunidade a comunidade está sofrendo, a comunidade está passando fome. Vocês me desculpem, mas essa é a nossa realidade, podem fazer uma visita, vai qualquer um faz uma visita na minha comunidade para vocês verem o sofrimento que nós estamos passando hoje, não só o assentamento Betel, a Comunidade Paulo Leal, a Comunidade da Vila Nova de Teotônio, vocês senhores deputados podem ir, façam uma visita para vocês verem a calamidade que se encontra aquele povo. Eu não estou aqui para me aparecer para ninguém não, eu estou aqui reivindicando o meu direito porque eu tenho certeza que eu tenho direito e os senhores conhecem o meu direito. Em nome daquela comunidade sofrida e calejada, sofrendo buscando recurso, mas não encontra, a melhor parte do homem que a gente tem que ter é a saúde e hoje nós não temos, a saúde está jogada as traças e a nossa comunidade está perdida no meio daquela multidão de água. A Santo Antônio está crescendo involuntariamente aí e nós estamos baixando. Nós começamos no Assentamento Betel, senhores, com 62 famílias assentadas trabalhando, produzindo, hoje nós temos 35 famílias, o restante veio embora, mas estão passando necessidade dentro da cidade porque não tem uma enxada para capinar, não tem nada e não tem recurso para voltar porque nós não temos ônibus, nós não temos estrada. Aumentaram um desvio de 14 quilômetros sendo que por falta de 300 metros de aterro fizeram 14 quilômetros de desvio, é inaceitável uma coisa dessa, senhoras e senhores. Estamos aqui em busca de uma melhoria e eu tenho certeza que todos que aqui estão vão nos ajudar porque chegamos na casa certa. Então eu quero contar com todos vocês para que possam fazer uma visita e comprovar o que estamos falando. O produtor rural sai para vim para a cidade quando ele chega na casa dele o pouquinho de coisa que ele tem, o pobre não tem tudo, só tem tudo quando perde, não é, os ladrões foram lá e assaltaram, roubaram tudo, levaram tudo por falta de segurança. Mas hoje estamos aqui, hoje vamos ter uma resposta, hoje a comunidade vai ter uma resposta, hoje a comunidade vai sair daqui com a consciência limpa porque aqui está o representante que nós precisamos. Então gente eu só tenho a agradecer a comunidade que aqui se encontra, autoridades que estão aqui, e as minhas palavras são essas, o que eu tinha para falar é isso, mas se os amigos quiserem fazer uma visita nós estamos de braços abertos na Comunidade Paulo Leal, na Comunidade Vila Nova de Teotônio e no Assentamento Betel e comprovar o que eu estou falando, por isso que eu me proponho a pagar juridicamente se eu estou mentindo em algum aspecto. Eu agradeço a todos e minhas palavras são essas.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Eu, sinceramente é de emocionar em ver, um homem quando chora é porque a coisa dói mesmo, fere. O senhor pode ter certeza disso, seu Nailson Noronha, que desde o início que entrei nesta Casa eu tenho uma postura firme e rígida, Santo Antônio Energia para aprovar esse projeto que eles estão querendo aprovar aqui, quer aumentar cota, quero até fazer uma leitura para os senhores o que é o projeto, só para a gente como se trata dessa matéria e que essas duas malditas usinas que eu sempre falo que não trouxeram nada de benefício para Rondônia ela quer o seguinte agora em Rondônia: “Dispõe sobre a exclusão de áreas de Estação Ecológica Estadual Serra Três Irmãos, da Área de Proteção Ambiental Rio Madeira, da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Vermelho - e da Reserva Extrativista de Jaci-Paraná e destina tais áreas para formação do lago artificial...”. Eles estão querendo aumentar as cotas, aí eu me pergunto cadê as compensações? Eu falo compensações, é isso que ele falou, tirou ali o caboclo que estava ali próximo que vivia da caça, da pesca, vivia do plantio e aí tira, coloca uma casa dali paga um valor de cem mil reais, não sei quanto que foi pago, e se vira, isso é compensação? Não, isso para mim é uma extorsão, isso para mim é uma afronta ao estado democrático de uma pessoa, da legítima pessoa que está ali todos os dias trabalhando, criando seus filhos, pode vir até o Papa aqui nessa Casa aqui pode ter certeza disso, pode vir até o Papa eles vão ter que... Rapaz eu não vou falar muita coisa não até por que quem me conhece, a minha vontade é de suspender isso aqui, já está suspenso, para a gente não delongar muito por que eles eram para estar aqui e como vão estar na segunda, eu acho que é o principal como o senhor falou, os autores principais aqui e aí já vou logo notificar o Estado de Rondônia, já vou logo avisar eu quero aqui o DER, eu quero aqui saúde, eu quero tudo! Segurança já está aqui representando o SESDEC, Major Padilha e está aqui o Coronel Alcântara, esses eu tenho certeza que vão fazer os meios para propor uma espécie de uma segurança para vocês. Mas Santo Antônio segunda-feira, às 15 horas, eles vão ser aqui não é sabatinado, vão ser... Então assim e vou ouvi-los, mas como existe essa audiência e a essência dessa discussão é as compensações, é a viabilidade, é falar para os senhores; queremos isso e eles que vão ter que dá essa resposta. Se o Estado quer esse projeto de qualquer forma aprovado, ele vai ter que assinar um termo de compromisso conosco, em especial comigo. Eu não vou abrir mão do meu requerimento que deputado tem, só se ele mudasse o regimento da Casa, e eles não conseguem nem mudar esse regimento, eu não mudar. Regimento que diz que qualquer Parlamentar tem o direito de requisitar todas as informações, enquanto não vier todas as informações a matéria fica parada. Então vai ficar parada. Era isso que eu queria falar até por que eu vejo, vocês vão falar, tem vários oradores aqui e eles não estão aqui para ouvi-los, eu já sei, e a verdade é essa mesmo. Então segunda-feira a gente pode entrar e convidar a todos, Brito, todo mundo que faz a composição dessa Mesa está presente aqui porque se eles não vierem segunda-feira, por mim esse projeto vai ficar aqui, para mim eu já tinha retirado de pauta, mas tem muitas pessoas como o Governo deve tem alguma situação de compensações, eles vão ter que trazer planilha para onde vai essas malditas, não sei benditas compensações. Até a Prefeitura

se não vier também já vou começar, daqui para amanhã eu vou fazer uma lista, eu vou gabinete ali, Tribunal de Contas, vou chamar até o Papa, se brincar para estar aqui para me esclarecer, chega! Chega da gente está aqui aprovando projeto 'ah não isso é viável para o Estado de Rondônia'. Viável? Ouvi um cidadão aqui falando que as pessoas que estão lá, a gente chega a ter acesso, o senhor pode ter certeza disso senhor, é por isso que essas audiências são importantes também para a gente ter conhecimento, ciência do que está acontecendo. Eu acho que tem umas sessenta audiências ou mais e quando cada vez eu fico ouvindo e entrando na temática, todas eu busco soluções. Mas assim hoje, Brito vai poder falar da situação aqui da área né? O da SEDAM também vai poder falar da questão do impacto, mas quem é que vai me dá a resposta mesmo da compensação? Não é a Santo Antônio? Então é somente ela e o Estado quem vai chamar a responsabilidade vou mandar agora esse vídeo agora, terminando essa audiência eu vou mandar para o chefe da Casa Civil que deve estar assistindo, todo mundo fica ligado quando eu estou, o deputado subiu Jesuíno está lá, então o polêmico hoje está na tribuna ou ele está na Sessão alguma coisa vem. Então assim como nós temos esse projeto e peço a Deus, tudo é Deus, tá? Se esse projeto não estivesse nessa Casa aí a coisa ficaria pior ainda, eles não viriam mesmo, eles não vêm! Para isso que Rondônia já pagou, parece que ele já sugou, já elevou cota, porque essas cotas já estão elevadas para mim, só estão querendo regulamentar aqui que está sendo feito lá. Mas só que eles, vou lá em Santo Antônio, vou pedir uma fiscalização in loco, vou nesses locais tudinho, vou chamar alguém da SEDAM para me acompanhar, para ir mostrar; olha a cota tal. Vou agora me especializar nessa situação só para conhecer esse bando de forasteiros que vieram aqui para acabar com Rondônia, para destruir, destruíram com todas as pessoas ribeirinhas aí, aquele aumento que teve aquela enchente em 2014 foi a contenção daquelas cotas que eu sei com certeza, eles fizeram o que? Uma contenção das águas, alguns engenheiros que são muito teóricos; vamos controlar essa água até aqui, vamos testar. Quando soltou tinha um alagamento no Amazonas uma coisa assim, a água subiu, matou um monte, não vou falar que matou gente não, mas destruiu praticamente o rio Madeira e está destruído aí, todo mundo vê, a gente está tentando abrir ali a situação da estrada do Belmont, São Carlos e vai destruindo e quantas pessoas vieram aqui para a cidade e estão em uma situação difícil, passando fome. Então eu queria perguntar a plenária, como já existe essa Audiência marcada para o dia quinze, desculpas, para segunda-feira, às 15:00 horas com a Santo Antônio e trata-se da matéria que é de elevação de cota e compensação, se os senhores acharem por bem, eu suspendo essa Audiência hoje, Audiência Pública e retornaremos na segunda-feira. Então, eu pergunto para os senhores, aí é vocês que decidem, eu estou aqui apenas para conduzir a ação. Quem é a favor, olha só a pergunta: Quem é a favor que segunda-feira, quem tiver disponibilidade, a gente pede o apoio quem emprestou a questão do veículo para trazer os senhores, segunda-feira está aqui presente na reunião com mais Deputados, aí com certeza, o qual foi marcado com Santo Antônio e demais interessados, a Sedam vai estar presente e todos da Mesa. Por gentileza, levante a mão; às 15:00 horas, levante a mão. Reunião então. Quem é contra se ma-

nifeste também, quem é contra. Ninguém? Então, eu vou suspender, eu vou suspender a reunião para dar continuidade nela, dia, segunda-feira vai ser dia 04, às 15:00 horas nesta Casa para tratar. Então, todos que estão, se encontram na fala, ela está suspensa, eu não vou nem dar por; eu vou dar suspensa, eu vou chamar porque tem duas comissões que eu sou o relator de uma, está suspensa e vão incorporar a essa, nessa Audiência de segunda e nós iremos conduzir essa outra, viu Coronel Alcântara, eu peço aí a compreensão; Dr. Condeli; Dr. Brito e demais pessoas que se encontram aqui presente. Dia 04/07, às 15:00 horas. Bem como, eu já peço a Dona Jane aqui do Cerimonial, que informe, que informe agora nesse exato momento que, eu quero que seja notificado, seja notificado: o chefe da Casa Civil, notificado; o Secretário de Saúde; notificado o DER, eu não quero que protocole não, eu vou assinar como notificação. Nós alteramos o Regimento desta Casa para... O senhor falou saúde, o senhor falou a questão do DER, a questão da estrada, o asfalto, não é? E segurança, que o Comandante já está notificado em nome da, tanto da SESDEC, como a própria Polícia Militar. Então, assim Dona Jane, eu quero que encaminhe em caráter de urgência esse documento, eu assino ainda hoje e nós iremos suspender, mesmo na suspensão haverá, que não é suspensão; eu vou finalizar também para segunda-feira nós estarmos presentes nesta Audiência, que na verdade é uma Audiência de Instrução Legislativa que será na segunda-feira. Então, eu vou finalizar então. A Prefeitura também vai estar aqui presente, eu quero um representante da Prefeitura, notifica o Prefeito, esse Prefeito inerte que só vive dormindo, ele vir aqui, mandar um representante, também é de interesse dele. Ah, e o Ibama, o Ibama também urgente, o Ibama; o senhor está falando a Sedam. Sedam e Ibama, eles vão ter que está aqui para me explicar, eles vão passar 04 horas, eu vou ficar aqui sozinho até ele explicar. Olha o tamanho do projeto, é grande menino, eles vão ter que se rebolar. Eu vou conversar com o Coronel. A educação também, coloca a Fátima Gavioli, quem puder também depois me informar quem mais vocês querem que participe. O Ministério Público nunca vem, ficam sempre ali no aguardo, se houver uma necessidade eles entram com Ação Civil Pública, eles são muito, até porque a quem compete mesmo essa discussão é Estado, Assembleia; o Poder Judiciário, Ministério Público eles vão aguardar um posicionamento, se tiver alguma Lei, alguma ilegalidade, eles entram com Ação Civil Pública. Eu convido, toda vez nós convidamos.

Então eu vou terminar. Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada, eu vou encerrar e suspender para segunda-feira está presente. A presente Audiência Pública. Convidamos a todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre desta Casa de Leis. Muito obrigado a todos e tenham uma boa tarde. Obrigado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 16 horas e 07 minutos)

ATA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA.

EM 05 de Julho de 2016.

Presidência dos : Srs.

Lebrão -1º Secretário
Maurão de Carvalho-Presidente

Secretariado pelo : SR.

Ezequiel Junior-Deputado

(Às 15 horas e 01 minuto é aberta a Sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Alex Redano(PRB), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazinho da Fetagro(PT), Lebrão (PMDB), Leo Moraes (PTB), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Aécio da TV (PP), Airtton Gurgacz (PDT);Edson Martins (PMDB) e Lúcia Tereza (PP).

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 34ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Secretário *ad hoc*) – Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

Lida a Ata, senhor Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura dos Expedientes recebidos.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 129/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei que “Institui a Semana Estadual de Valorização da Família, no Calendário Oficial do Estado de Rondônia”.

02 – Mensagem 130/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei Complementar que “Autoriza no âmbito do Estado de Rondônia o uso por instituições de ensino público ou privado de auditórios, salas de aulas, laboratórios, hospitais, clínicas, unidades básicas de saúde pertencentes à rede pública de ensino e saúde estadual ou conveniadas, para fim exclusivo educacional de inclusão social por programas de extensão universitária em disciplinas livres e modulares semipresenciais com registro e autorização de seu funcionamento pelo Ministério da Educação – MEC.”

03 – Mensagem nº 131/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Proíbe a inauguração e a

entrega de obras públicas incompletas ou que, embora concluídas, não estejam em condições de atender à população”.

04 – Mensagem nº 132/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Dispõe sobre a rotulagem de produtos transgênicos no território do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

05 – Mensagem nº 133/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei Complementar que “Dispõe sobre a vacinação domiciliar às pessoas idosas e às pessoas com deficiência motora, multideficiência profunda com dificuldade de locomoção, doenças incapacitativas e degenerativas e dá outras providências”.

06 – Mensagem nº 134/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Altera o § 1º do Art. 12 da Lei nº 950, de 22 de dezembro de 2000, que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA”.

07 – Mensagem nº 136/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Dispõe sobre competência administrativa para apuração de infrações disciplinares cometidas por peritos criminais cedidos à Polícia Técnico-Científica do Estado de Rondônia - POLITEC”.

08 – Mensagem nº 137/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Dispõe sobre criação do Programa de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas no Estado de Rondônia - PROVITA/RO, de seu Conselho Deliberativo e dá outras providências”.

09 – Mensagem nº 138/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014, que ‘Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências”.

10 – Mensagem nº 140/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Institui o Programa de Recuperação de Créditos do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia - PRC/DETRAN-RO e dá outras providências”.

11 – Ofício nº 2319/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 626/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

12 – Ofício nº 2321/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 624/16, de autoria do Senhor Deputado Léo Moraes.

13 – Ofício nº 2322/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 627/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

14 – Ofício nº 2324/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 627/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

15 – Ofício nº 2395/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 627/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

16 – Ofício nº 2397/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2234/16, de autoria do Senhor Deputado Lazinho da Fetagro.

17 – Carta nº 313/2016 – CAERD, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2375/16, de autoria da Senhora Deputada Lucia Tereza.

18 – Ofício nº 200144/2016 – BNDES, comunicando que efetuou, no dia 13/06/2016, liberação de recursos financeiros para o Estado de Rondônia.

19 – Ofício Circular nº 02/2016 – Ministério Público do Estado, encaminhando Relatório de Atividades referente ao período de maio de 2015 a maio de 2016.

20 – Ofício nº 1759/2016 – SEAS, reiterando o Ofício nº 1481/GAB/SEAS, solicitando a indicação de um representante da ALE/RO para compor o FECOEP/RO.

21 – Ofício nº 599/2016 – SUDER, solicitando o Plenário da ALE/RO para realização de Audiência Pública sobre a Zona Franca Verde, no dia 8 de agosto das 15h às 17 horas.

22 – Ofício nº 11621/2016 – Departamento do Programa Calha Norte, encaminhando os Termos do Convênio nº 458/DPCN/2015.

23 – Memorando nº 043/2016 – Gabinete do Deputado Aécio da TV, comunicando que se ausentará do território nacional no período de 4 a 17 de julho de 2016.

24 – Ofício Circular nº 006/2016 – do Senhor Deputado Federal Júlio Lopes, encaminhando exemplares com registro das principais propostas apresentadas e relatadas no ano de 2015.

25 – Comunicado nº AL026448/2016 – Ministério da Educação, informando sobre a deliberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

26 – Comunicado nº AL026449/2016 – Ministério da Educação, informando sobre a deliberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de problemas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

27 – Requerimento do Deputado Ezequiel Júnior. Requer à Mesa Diretora que seja encaminhado Voto de Pesar aos familiares do senhor Vanderlei Manoel Serpa, pelo seu falecimento ocorrido no dia 03 de julho de 2016.

Lido o Expediente, senhor Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Lido o Expediente recebido, passamos as Breves Comunicações. Não há oradores inscritos. Encerradas as Breves Comunicações passamos ao Grande Expediente. Com a palavra pelo prazo de 20 minutos, com direito a apertes, o Deputado Ezequiel Junior.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Sr. Presidente, ilustre Deputado Lebrão, cumprimento também o Deputado Cleiton Roque, vice-líder do Governo, é comum eu vir a esta Tribuna, ocupar esta Tribuna para trazer reivindicações do povo do Estado de Rondônia, mas hoje eu estou aqui Deputado Cleiton Roque, para agradecer toda atenção dispensada pela equipe do Governo em especial SEAGRI, SEDUC e Casa Civil.

Nós tivemos que correr contra o tempo na sexta-feira devido a estarmos em ano eleitoral e a legislação ela coíbe, proíbe uma série de ações que poderíamos contemplar os cidadãos rondonienses com emendas parlamentares, então a lei é muito justa, a lei eleitoral com relação ao firmamento de convênios, a pagamento de emendas parlamentares e entregas de benefícios à população rondoniense. E eu quero aqui deixar, em nome do povo da minha região, em nome do povo de Rondônia os meus sinceros agradecimentos à atenção do chefe da Casa Civil, Emerson Castro, e sua equipe, também a toda equipe da SEAGRI capitaneada pelo Secretário Evandro Padovani, mas eu quero destacar aqui também todo o carinho de uma grande amiga que eu conheço há quase 30 anos da

cidade de Ariquemes, a Secretaria Adjunta Mary Braganhol, é uma pessoa muito dedicada e esses agradecimentos aqui eu tomo a liberdade de estar fazendo em nome de vários Parlamentares, em nome de vários Prefeitos do Estado, porque sexta-feira estava uma loucura, a correria estava muito grande, todo mundo preocupado em conveniar, em empenhar, em fazer o pagamento das emendas parlamentares e essa equipe da SEAGRI comandada pela Mary naquele dia, composta pela Rejane Lucas, que é Assessora Técnica no Setor de Processos, pela Elinilde Lima Bezerra, Assessora Técnica do Patrimônio da SEAGRI, Artenize Gomes Santiago, Gerente de Contratos e Convênios, Michele das Neves Leite, chefe de Núcleo da Gerência de Contratos e Convênios, foi uma equipe que parou para almoçar, já era 17 horas Deputado Cleiton Roque, deu uma atenção, não foi só para o Deputado Ezequiel, para todos os Parlamentares e para todos os Prefeitos do interior, porque ou se resolvia essa questão, se empenhava, se conveniava. Na sexta-feira! Oh! Meu amigo. Só depois da eleição e o ano é mais curto e a correria é muito grande.

Eu quero agradecer também em nome dos Parlamentares e em nome dos Prefeitos, em nome do povo, a Secretária Fátima Gavioli, que está à frente da SEDUC essa importante pasta no Estado de Rondônia; a Gracita Stresser Galvão, Gerente de Convênios; a Leila Maria Oliveira Pinheiro Tavares, Técnica de Convênios; a Maria Rodrigues Ribeiro, Técnica de Convênios; Eudenis Pedreira França Fontoura Coimbra, também Técnica de Convênio. Essas mulheres foram guerreiras, foram gigantes e deram conta do recado e nenhum Prefeito e nenhum Parlamentar ficou na mão.

Então eu quero aqui homenagear essas servidoras, a Secretária Fátima e sua equipe, essas pessoas que eu falei aqui. A Secretária Adjunta da Agricultura a Mary que é realmente uma pessoa muito competente e que tem um respeito muito grande pelos Parlamentares, pelos Prefeitos, enfim, pelo povo de Rondônia e essa equipe da SEDUC e da SEAGRI fez a diferença.

Eu quero também deixar aqui a minha gratidão em nome dos Prefeitos, ao Secretário Chefe da Casa Civil, o Emerson Castro, que não mediu esforços para que tudo acontecesse dentro do prazo e que nós não tivéssemos prejuízos, Deputado Lebrão, com empenho, com convênio das Emendas Parlamentares.

Então, quando precisa cobrar, eu subo nesta Tribuna aqui, cobro, se precisar gritar em nome do povo a gente grita. Agora, quando a coisa acontece, é minha obrigação também agradecer e reconhecer o valor desses servidores da SEAGRI e da SEDUC. E é claro também que a gente estende a todas as demais Secretarias, a EMATER também através do Presidente, o Chiquinho da EMATER, do Arimatéia também que é um dos diretores da EMATER no Estado de Rondônia, tem feito também um bellissimo trabalho. Estou citando aqui SEAGRI, SEDUC e EMATER, mas é extensivo às nossas homenagens, aos nossos agradecimentos, à nossa gratidão a toda esse equipe do Governo, porque não foi fácil, uma correria danada na sexta-feira, muitos Prefeitos do interior, quase todos estavam aqui na cidade, a filha do Deputado Lebrão é Prefeita, ele sabe muito bem da correria e não ficaram na mão, mesmo depois do horário, não se preocuparam com almoço para poder atender os Prefeitos, atender os Deputados, atender, enfim, o povo de Rondônia.

Então, fica registrado aqui a minha gratidão, o meu agradecimento ao empenho, à dedicação dessas valorosas servidoras, e olha só, Deputado Lebrão, só mulheres aqui na equipe da SEAGRI, a mulherada dando conta do recado e também na equipe da SEDUC, as mulheres estão em alta, têm competência, têm carinho e não abandonam a missão.

O Sr. Cleiton Roque – Um aparte, Deputado.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR - Deputado Cleiton Roque.

O Sr. Cleiton Roque – Deputado Ezequiel, parabenzá-lo em seu pronunciamento, também pela sua liderança que Vossa Excelência tem exercido nesta Casa pelas suas ações como Deputado Estadual. Se fizemos um levantamento o quanto sua região ali, o município de Machadinho, Vale do Anari, Cujubim, Rio Crespo, até mesmo Ariquemes foram contemplados ao longo aí desse um ano e meio do mandato de Vossa Excelência, até mesmo resgatando Projetos de exercícios anteriores, tinha toda possibilidade de serem cancelados pelo Executivo, Vossa Excelência, apadrinhou, correu, muitos deles já foram executados, alguns estão em execução e uma grande quantidade que já começa a sair do papel, de fato colocando em prática, trazendo mais benefício para população do seu município. Então, Deputado Ezequiel, nós chegamos juntos nesta Casa, reconheço em Vossa Excelência uma grande liderança, um Deputado que chegou para ficar e a população na sua região reconhece isso, as poucas vezes que tive oportunidade de ir lá, de visitá-lo, vi o quanto Vossa Excelência é prestigiado e também aí fazer coro com Vossa Excelência, nessa maneira, nesse tratamento que está havendo por parte do Executivo com relação a todos os Parlamentares, independentemente de partido, independentemente de posição crítica ou não aqui na Casa, na Tribuna, porque a Tribuna é um direito inviolável do Parlamentar se posicionar, sair em defesa da sociedade, enfim, nas suas mais variadas formas de se organizar que temos em nosso Estado. E o Executivo tem de fato respeitado, sim, todos os Parlamentares, as suas emendas individuais, cumprindo aquilo que está na emenda constitucional, que a Emenda Parlamentar ela é impositiva, a partir do exercício de 2015, adequando à Constituição Federal, adequando, fizemos alteração na Constituição Estadual e de fato isso tem sim trazido benefício para população. Por quê? O Parlamentar, ele está em todos os cantos do Estado de Rondônia, nas mais longínquas e mais distantes localidades está lá o Parlamentar. Fiquei impressionado com a quantidade de recursos que o Deputado Lebrão tem aplicado aí naquela região de Costa Marques, na região ali do Distrito Surpresa, no município de Guajará-Mirim, aí você ver, é só o Deputado mesmo, aquele que tem compromisso com a sua região que consegue trazer aqui na Capital do Estado as reivindicações.

Então, eu quero parabenzá-lo, me colocar à disposição, como amigos que somos nesta Casa, companheiro de Parlamento, e parabenzá-lo pelos grandes resultados que Vossa Excelência tem colhido e quem ganha com isso é a população na sua região, Vossa Excelência não tem olhado cor partidária, não tem olhado se o Prefeito é seu aliado ou não, Vossa Excelência tem corrido atrás de recurso porque sabe que quando o recurso é bem aplicado atinge aquelas pessoas que mais precisam. Parabéns, Deputado Ezequiel Júnior.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Eu que agradeço, Deputado Cleiton Roque, vice-líder do Governo. Deputado Lebrão, Vossa Excelência pediu aparte? O microfone está ligado, Vossa Excelência está querendo aparte?

Então, agradecendo as equipes aí da SEAGRI, a equipe da SEDUC, estendendo o nosso agradecimento também ao empenho da equipe da EMATER, e é claro que a gente, eu tenho que ser justo e agradecer também essa prioridade quando o Deputado Cleiton Roque falou com relação ao pagamento das nossas emendas parlamentares. Realmente, o Governo tem cumprido com o seu papel, tem cumprido com a sua obrigação. É obrigação do Governo? É, mas ele tem cumprido, ele tem cumprido. Então, eu agradeço ao Governador Confúcio Moura, já tive oportunidade de agradecer pessoalmente a ele e eu fico feliz de ver a alegria do povo quando recebe um trator, Deputado Lebrão, quando recebe um calcário em Machadinho, quando nós começamos a entregar no sábado, que estava uma novela, o município não tinha condições de puxar o calcário, com a minha emenda parlamentar que o Governo pagou foi feito convênio SEAGRI, Prefeitura, o calcário está sendo descarregado lá no município. E a única forma de sairmos da crise é investindo em que produzir na agricultura, na agricultura familiar, na produção desse país. E hoje a novela do calcário acabou em Machadinho. Acabou, estamos entregando lá as 1.000 mil toneladas do cartão mais calcário e consegui liberar ainda o frete também através de emenda para 400 toneladas lá no município de Vale do Anari. E a gente vê Rondônia no inverso de alguns Estados da Federação. Rio Grande do Sul, ano passado fez o parcelamento do pagamento do mês de junho dos servidores do Estado, um Estado rico, lindo como aquele, de um povo trabalhador como é o povo gaúcho, Estado riquíssimo, lindo, Estado antigo da Federação, pagando o mês de junho dos servidores em seis parcelas, em seis vezes. Aqui em Rondônia, o servidor recebe dentro do mês trabalhado. Eu recebi números do IPERON, quando o Governo Confúcio Moura, assumiu o IPERON tinha quatrocentos milhões na conta, cinco anos e meio depois do mandato, tem quase dois bilhões de reais nas contas do IPERON. Então, isso é um respeito ao servidor, é respeito ao público, é o cumprimento constitucional das obrigações, isso não pode passar em branco.

Então, mais uma vez fica registrado aqui os nossos agradecimentos a essa equipe do Governo do Estado, em especial o nosso reconhecimento ao Governador Confúcio Moura, pela atenção que tem dado a esses Parlamentares no tocante às emendas parlamentares. Mas final de semana foi assim, nós tivemos um domingo de muita tristeza lá no Município de Machadinho do Oeste, eu perdi um membro da minha equipe, da minha assessoria técnica lá no município, um cidadão pioneiro de Machadinho, o Vanderlei Manoel Serpa, o popular Pingo Serpa, como era conhecido lá no município, um cidadão que não tinha inimigos. Ele, infelizmente, nos deixou, faleceu no domingo pela manhã, vítima de um ataque, sofreu duas paradas cardíacas, ele tinha problema de hipertensão, passou mal no domingo de manhã, sábado ficamos a tarde toda vendo a primeira carga do calcário sendo descarregada no município, ele muito otimista, um grande amigo, meu assessor, era um homem que fazia meus projetos, tanto que foi Secretário de Planejamento de todos os Prefeitos que passaram em Machadinho, uma unanimidade, daquele cidadão que você não encontrava uma pessoa que falasse mal do Pingo. Então, que-

ro deixar registrado nesta Tribuna aqui, esse pesar, essa nota de pesar a família do Vanderlei Manoel Serpa, do Pingo, uma pessoa realmente muito especial que foi mais deixou a sua história, deixou um legado porque em Machadinho do Oeste, onde quer que você vá tem alguma obra que tem assinatura do Pingo nos projetos, desde o Ginásio de Esportes, desde as Escolas, desde as duas Praças que tem na cidade, as melhores casas do município ele que desenhou, ele que projetou. Então, ele foi, mas a história dele ficou, deixou os dois filhos engenheiros civis formados, todos bem encaminhados na vida, a esposa prestes a se aposentar como servidora do Estado na área da educação, é professora, e nós ficamos muito abalados, a cidade está enlutada, todo mundo muito triste pela perda de uma pessoa tão importante para o município de Machadinho. Eu perdi um amigo especial, um amigo muito querido, uma pessoa muito próxima. Eu perdi um assessor e Machadinho perdeu um grande homem que se foi, mas que deixou a sua história que jamais irá morrer.

Era o que eu tinha para a tarde de hoje, Presidente. Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Obrigado, Deputado Ezequiel, parabéns pelo seu brilhante trabalho aqui no Parlamento do Estado, sem dúvida nenhuma representa à altura a sua região e o Estado de Rondônia.

Ainda no Grande Expediente, Deputado Jesuíno Boabaid, por vinte minutos, com direito a apartes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Boa tarde, Presidente, boa tarde a todos os presentes, a todos os Deputados, a todas as pessoas que se encontram na galeria, a todos os jornalistas, a todos os servidores.

Eu vou abri minha fala para tratar sobre o Projeto de Lei que dispõe sobre o aumento da cota, a qual ontem foi discutido nesta Casa, segunda-feira, junto com a SEDAM, junto com a própria Santo Antônio Energia, estava presente aqui a Fátima, a Secretária, o Secretário de Segurança, também outras pessoas que dispõem sobre o assunto, que tinham interesse nessa causa. E nós Parlamentares temos uns Projetos que estão tramitando aqui que alteram a elevação da cota. Esse Projeto, na sua essência, ele trata sobre as áreas de preservação, só que a Santo Antônio Energia fez aqui um esboço muito arrazoado, muito simples, muito simplório, e estava eu e o Deputado Lazineiro, Deputado Cleiton chegou posteriormente, Deputado o nosso líder, Deputado Laerte Gomes, também se encontrava presente. O que me causou certa estranheza foi que a SEDAM trouxe aqui os apontamentos nas áreas que serão afetadas, só que tinha lá um pedaço, um trecho que foi perguntado ao responsável, além dessas setentas pessoas que vocês têm catalogado, poderá ter mais pessoas afetadas? É esse gráfico aqui. Então ficou uma situação dúbia, ficou uma dúvida no ar. E a gente está discutindo este Projeto porque Santo Antônio, e aí que fique registrado que Santo Antônio na época que foi autorizada essa questão da elevação das cotas, eles construíram o barramento, várias pessoas até o presente momento se encontram prejudicadas, que deveriam ser devidamente indenizadas, mas não fizeram da forma que deveria e estão tendo que recorrer à Justiça. Lembrando... Hoje eu tive uma reunião junto com pessoas do MAB e tem pessoas ali que conhecem

da matéria. A Santo Antônio deveria, além de ter as compensações, eles devem também, por um certo lapso de tempo, eles devem de certa forma ajudar aquela comunidade local, ou seja, de forma que eles tenham a subsistência de outros aspectos gerais, para dar a garantia de sobrevivência para essa comunidade de uma forma bem assim genérica.

Então, Santo Antônio hoje pede mais 85 centímetros, que eleve a cota. E o que é mais grave, essas pessoas trouxeram informações que não tem a autorização até o presente momento de 46 turbinas para 60 turbinas. Pasmem senhores! Vai para 50, desculpa, 50 turbinas. Senhores, não tem um documento no qual Santo Antônio, Estado de Rondônia e a União autorizem que essas 06 turbinas deverão ficar adstritas ao funcionamento apenas de Porto Velho, ou seja, Rondônia e Acre. É uma falácia. E por que é uma falácia? Porque toda energia gerada por Santo Antônio, estou falando de Santo Antônio, ela vai para uma espécie de venda, ela não fica restrita, ela vai para o operador, e ele é quem distribui. E essa venda é através de ações lá na Bolsa de Valores. E tive informações que no de 2014, eu vou dar um exemplo, cada quilowatt era R\$140,00, exemplo, X. Na época das enchentes que eles de forma arbitrária, ilegal, e já foi denunciado no Ministério Público Federal, eles retiveram a água, fizeram uma contenção de água. Jirau fez uma denúncia contra Santo Antônio, que foi multada Santo Antônio, e naquela época eles vendiam a R\$800,00, o que era de R\$140,00 foi para R\$800,00. Imagina como é feita a venda. E hoje o Estado de Rondônia, o Governo está preocupado em querer colocar, em aprovar esse Projeto por questões de ICMS, por questões de royalties, royalties que estavam sendo discutidos. Mas eu pergunto ao chefe da Casa Civil, senhor Emerson Castro: Senhor, o senhor tem ciência de que forma, verdadeiramente, quais são as seguranças jurídicas, quais são as documentações que lhe dá um respaldo para amanhã essas seis turbinas ficarem a energia que será gerada para Porto Velho para Rondônia. Vai ter a documentação financeira que foi entregue para o Estado, um documento sequer de Santo Antônio fazendo os acordos. Nenhum. Nenhum.

Então, fiz o Requerimento, está anexado ao Projeto de Lei, um outro Requerimento vai ser lido hoje, junto com o Deputado Lazinho da Fetagro. Estarei também propondo, estaremos propondo depois, que hoje entra o recesso, por questão da LDO, a LDO sendo aprovada, nós entramos em recesso. Então, em agosto nós retornaremos, deveremos chamar uma Audiência Pública, lógico, você pode ter uma reunião com os técnicos, mas essa matéria, da forma que está, ser aprovada, vai ser um golpe, um golpe novamente aos rondonienses. E não poderemos carregar isso, nobres Deputados, nós não poderemos, temos que discutir, sim, temos que colocar de forma transparente para todos entenderem, todo cidadão que tiver interesse. O que de forma verdadeira Santo Antônio, bem como esses empreendimentos, o Estado de Rondônia, o Município, porque 45% do valor que hoje é arrecadado de royalties, R\$101.000.000,00, com essas seis vai para R\$117.000.000,00, 45% ficam para o município, 45% ficam para o Estado e 10% ficam para a União. Isso foi falado aqui, ninguém sabia disso. E eu não consegui chegar a uma matemática que vai tirar esses valores, vão tirar Rondônia, esses aumentos dessas seis que é de 101, vai para 117. Então, por conta disso nós devemos aumentar o projeto que vai aumentar em torno de três milhões,

só? Eu estou falando dos royalties, se é 101 vai para 117, divide 45, então gira em torno de três milhões aí que vai ficar. A gente tem que passar um projeto de forma que é sem analisar de forma técnica? Não, não, não podemos aceitar isso, cada hora nós estamos ouvindo. Quero deixar claro, é por isso que a minha fala hoje é deixar os senhores a par do que está acontecendo, porque amanhã, e tem mais uma coisa, sabe por que Santo Antônio está vindo aqui? Que eles não vêm, a reunião deles é o seguinte, se alguém se insurgiu, falou alguma coisa, eles se levantam e vão embora. E se esse projeto não estivesse aqui eles nem viriam, a gente chamou para uma audiência pública e eles nem vieram, eles não estão nem aí, não, é empreendimento federal, agora pode vir, eles podem até falar que estão dando pressão que vai vir de cima para baixo, não é bem assim, não, não é bem assim, não. Nós temos ainda os Ministérios Públicos Estadual, Federal, as devidas ações também que vão ser tomadas. Agora, querer aceitar que um projeto dessa magnitude seja aprovado sem ter os dados técnicos, 'ah, meu amigo, aí é melhor a gente...'

O Sr. Laerte Gomes - Vossa Excelência concede um aparte, Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID - Pode falar, Deputado Laerte.

O Sr. Laerte Gomes - Deputado Jesuíno, V. Ex^a no dia de ontem fez uma Audiência Pública aqui onde esteve presente o diretor da referida empresa que V. Ex^a falou, vários Secretários de Governo, eu estive aqui junto com V. Ex^a, a qual V. Ex^a conduziu muito bem a audiência e ficou decidido que V. Ex^a iria, e o Deputado Lazinho estava presente, ficou decidido que V. Ex^a iria solicitar essas informações, essa reunião com todos os entes que são comprometidos com o projeto. Então, acho que V. Ex^a já fez o requerimento, eu acho que está correto, é um projeto que precisa ser mais debatido, eu acho que é o papel desta Casa, com certeza o Governo entende também que isso é importante e assim que marcar essa reunião a gente espera agora logo no início do mês, terminando o recesso, para discutir isso e aí que possa chegar, Deputado Lazinho, a um denominador final dessa matéria para a gente poder botar na pauta. Mas o que foi tratado e acordado ontem, Deputado Jesuíno, está sendo cumprido na íntegra.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Obrigado.

O Sr. Luizinho Goebel - Um aparte, Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID - Deputado Luizinho.

O Sr. Luizinho Goebel - Deputado Jesuíno, eu não tenho conhecimento do projeto, até porque a semana passada eu não estive aqui, mas eu acho que é muito importante realmente analisar. Esta Assembleia já foi levada na onda do entusiasmo da implantação dessas usinas aqui em Porto Velho, porque pela ideia que foi criada, inclusive foram várias audiências públicas que nós participamos, essas empresas concessionárias elas sempre venderam como se fosse a solução para a melhoria de vida da população do Estado de Rondônia, principalmente para a população de Porto Velho, a implanta-

ção dessas usinas e nós vimos que isso não é realidade, é totalmente o oposto do que foi vendido ou totalmente o oposto do que nós compramos. Eu estive em Machadinho e lá se tem a ideia da implantação da Usina de Tabajara e eu fui extremamente contrário da forma como eles estão conduzindo para a implantação lá, por quê? Porque se o município de Machadinho, a população de Machadinho não receber o benefício primeiro, eles podem ter certeza, Deputado Ezequiel, V. Ex^a que é de Machadinho, que eles ficarão na saudade porque essas usinas não trouxeram nada de benéfico para Rondônia, nada de benéfico para Porto Velho, nada de benéfico para o povo. E mais do que isso, qualquer lei que for votar relacionada à usina tem que tomar muito cuidado, porque se a onda que a Lava Jato pegou lá no Belo Monte pegar aqui em Rondônia, vai ser igual ou pior do que lá, no meu entendimento, então nós temos que ficar muito atentos. E é até bom que esses órgãos fiscalizadores venham aqui, participem e que daqui a pouco eles peguem essa ideia, essa onda da Lava Jato e comece a fiscalizar tudo que aconteceu aqui em Rondônia, porque eu tenho certeza que nós fomos lesados, o Estado de Rondônia, as pessoas de Rondônia e de Porto Velho foram lesadas e nós não podemos depois da gente ver tudo o que está acontecendo no Brasil relacionado a essas usinas, nós não podemos deixar-nos levar daqui a pouco por interesses escusos que podem estar por trás dessas propostas que aportam a esta Casa e que principalmente essas concessionárias fazem para o Estado de Rondônia. Então, parabéns e eu como membro da Comissão de Meio Ambiente quero estar ombreado com V. Ex^a acompanhando essa questão.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Obrigado, Deputado Luizinho. Olha só como é que causa assim, as pessoas foram levadas a crer na época das usinas que parte da energia seria para os rondonienses, só que é tudo mentira, tudo mentira, não fica um, nada, nada, essa energia é vendida por operador nacional, o operador nacional que faz a distribuição e isso ainda é vendido através de Bolsa de Valores, feito uma espécie de preção quem paga mais, leilão, desculpa, é leilão. Então, quer dizer então que mais seis, que na verdade é uma outra usina dentro da usina que vai aumentar uma cota, que aumenta o cálculo, eles vão trazer de forma calculada milhões para a Santo Antônio, e para os rondonienses que agora se encontram numa situação difícil? Para ter uma ideia, tem um documentário, Jaci-Paraná é para ser já deslocado daquele local, não é para estar mais ali, não, Deputado Dr. Neidson, a água, estão tomando água de cemitério, contaminada. E parece que é assim, o povo que se arrebate e as pessoas que só visam lucros. Não. Não é bem assim, não, não é bem assim, não. Nós temos que ter cautela, não sou contra o Estado, nós somos estadistas, pensamos no Estado maior, o Estado que dê condições verdadeira, agora, para o cidadão realmente viver de forma tranquila. Agora, um Projeto desse, querer aumentar cota, querer fazer uma desgraceira, porque ali só falou em áreas que são de preservação, e as outras áreas?

Já que existe o aval, peço, agradeço ao Governo do Estado de Rondônia em compreender, em entender que essa matéria deve ser exaurida aqui, discutida de forma profunda, profunda, para após, depois de todas as discussões, inclusive tem duas Audiências Pública, duas Audiências Pública que vai ser discutida também essa questão da elevação da cota.

Outra situação, que eu tenho um prazo de 05 minutos.

“Governo quer endurecer regras para aposentadoria especial”. Matéria publicada no dia 04 de junho de 2016. Essa matéria é referente à mudança previdenciária, a mudança previdenciária que o Governo quer fazer com os servidores. Mas eu vou falar quem são os servidores. Primeiro, os Professores e segundo os Policiais e Bombeiros Militares. Ele começa de uma forma, ele quer começar alteração de forma diferente, ele quer alterar primeiro a excepcionalidade para segundo mudar a parte geral. Então, nós estamos, nós vamos buscar todas as categorias, buscar, no caso, no aspecto geral nacional, que o Governo Temer, que é o Governo interino, começa fazer uma reflexão, ele vai mudar a Previdência de pessoas que não têm uma série de direitos, uma série de garantias. Agora, se ele quiser fazer essa mudança, fazer essa mudança, dando o direito de insalubridade, dando o direito de periculosidade, dando direito de hora extra, dando direito de greve, sindicalização, vamos discutir então, vamos fazer isso então, vamos fazer uma mesa redonda e vamos passar que os militares também tenham os mesmos direitos constitucionais que os servidores civis têm, é fácil. O professor vai mudar, aquele professor também que tem 25 anos, 30 anos, salvo engano, de sala de aula, ele vai perder também esse direito, quer aumentar mais para 50, quer fazer uma alteração previdenciária. Mas eu fico analisando a previdência de Rondônia, nós não podemos fazer uma comparativa da Previdência de Rondônia com a Previdência lá do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul. Rondônia é totalmente diferente, eu falei naquela data, na última sessão que nós iríamos chamar todas as pessoas do IPERON para discutir aqui e eles apresentarem esses um bilhão e quinhentos, para apresentar as mudanças que tem na legislação, se vai ter algum prejuízo.

Então, o Governo, lógico, o Governo do Estado de Rondônia vai cumprir uma decisão, se vir a Lei Federal não tem o que se discutir, mas temos que nos mobilizar aqui como representante também dos Policiais e Bombeiros Militares, bem como aqui representando os servidores da Educação também, não podemos assim nos calar, temos que fazer os apontamentos, não é isso que vai mudar uma história, um cenário de quebradeira no Brasil, não, o que vai mudar são essas ações que estão sendo tomadas, mas que sejam com todas, com todos. Os ajustes, as operações que devem ser feitas, os controles das finanças, tudo isso tem que ser analisado. Agora, jogar culpa no trabalhador, jogar culpa que a Previdência está sendo atingida, no caso, vai ser prejudicada ou vai entrar numa falência, no colapso, isso aí para mim, sinceramente, é nada mais que um prejuízo, nada mais que é jogar um... aumenta aqui, jogar a peteca, a responsabilidade para um terceiro que nem poder de se manifestar tem, que um militar nem poder falar pode, já vai lá uma sentença administrativa.

Então, era isso que eu queria falar hoje, estou dentro do meu horário regimental...

O Sr. Laerte Gomes – Só para concluir, nobre Deputado Jesuíno, nós tivemos uma Audiência conjuntamente com o Governador onde entrou nesse tema que Vossa Excelência está falando e o Governador foi muito claro no que disse, até Vossa Excelência no debate que Vossa Excelência teve sobre isso a sua preocupação que com certeza vai discutir isso com a

Assembleia, com as categorias. Então, eu acho que esse é um passo importante e ele se predispôs a isso.

Quanto à questão, Deputado Lebrão, Vossa Excelência na Presidência, das compensações que foi falada pelo Deputado Luizinho e colocou a preocupação e corretamente muito bem, só que a grande oportunidade, Deputado Jesuíno, ontem eu disse isso na Audiência Pública, Vossa Excelência estava, a grande oportunidade que o Estado de Rondônia teve de fazer uma grande negociação de compensações, não só para Porto Velho, mas para todo o Estado de Rondônia, foi na instalação das Usinas, quando deixaram passar, hoje nós temos vários municípios, o Deputado Lebrão e eu também sou de uma região que ainda as nossas energias são termoelétricas, que poderiam ter sido negociadas a instalação da Usina a interligação de todo o Estado através de energia limpa e não foi feito, ficaram picando compensação aqui e ali e hoje não aparece nada.

Então, essa grande oportunidade, Deputado Adelino, de ter feito a transformação do Estado, deixaram passar lá 8, 10 anos. Então, eu acho que esse Projeto, como foi falado pelo Deputado Jesuíno e o Deputado Luizinho, muito bem colocado, tem que ser discutido realmente, eu acho que o Governo entende isso também, tem que ser discutido agora, não há interesse nenhum que não seja o bem do Estado desse Projeto, esse é o Projeto do Governo, é a posição do Governo e está aqui para discutir, tirar as dúvidas, discernir as dúvidas para poder depois a gente chegar aqui a um denominador sobre a votação do projeto.

Só colocar isso, Deputado Jesuíno, que ontem eu fiquei aqui até o final da Audiência e ainda disse, Deputado Lebrão, muito hoje das pessoas que foram afetadas, que estão sem saúde, que estão sem transportes, que estão sem educação, principalmente no ensino fundamental.

Só para concluir, Deputado Cleiton, para dizer que a responsabilidade também é do município, que a saúde básica é o município que faz, o transporte é responsabilidade do município, a estrada lá é municipal. Então, a gente também tem que colocar todos os Poderes sentados para cada um assumir a sua responsabilidade.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Só para concluir os dois minutos que ele excedeu...

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Dois minutos para concluir.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Dois minutos para concluir. Deputado Lazinho, esqueci o nome do projeto que eles têm, é o Projeto que Santo Antônio e Jirau devem compensar, Deputado Laerte, eles devem, as compensações é uma situação. A questão da atuação financeiramente, eles devem arcar com as despesas da comunidade, todas as pessoas que foram atingidas, até que sejam estabilizadas. Então, existe sim esse plano e Santo Antônio que não está cumprindo e nem Jirau. Era isso que eu queria falar. Muito obrigado, Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabéns, Deputado Jesuíno. Ainda no Grande Expediente, por vinte minutos, com direito a apartes, o Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Boa tarde, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Quero cumprimentar todos os nossos companheiros de trabalho aqui desta Casa, a imprensa, o público aqui presente.

Senhor Presidente, eu venho parabenizar e agradecer a SEAS, a Polícia Civil pelo trabalho realizado através do *Shopping Tudo Aqui*, que o Governo do Estado faz em caravanas o trabalho em todo o Estado. Eles fazem através de pedido dos municípios a *Operação Documentos* e estão fazendo, fizeram agora a semana passada na região nossa de Jarú, e para vocês terem uma ideia, só no distrito de Tarilândia foram mais de 250 documentos realizados, feitos em 02 dias. E aí, depois de Tarilândia, fizeram em Jarú, depois fizeram no distrito de Palmares, em Theobroma e agora, ontem e hoje, estão no distrito de Colina Verde. Então, é um programa de suma importância que os funcionários do Estado têm feito em todo o Estado, em todas as nossas regiões e aqueles funcionários têm que ter um reconhecimento diferenciado pelo Governo do Estado, eles passam semana inteira, 08 dias, Deputado Dr. Neidson, 10 dias fora de casa, trabalhando no domingo, sábado e domingo, trabalham direto, começa de manhã, termina à noite, enquanto tiver gente para atender estão atendendo.

Então, eu quero aqui parabenizar a ação da SEAS, da Polícia Civil, na elaboração desses documentos, o Governo do Estado por ter essa equipe, precisa ampliar inclusive mais equipe, precisa de ter mais condições aqui em Porto Velho, porque eles vão lá, fazem todo o trabalho de campo e depois vêm para cá para elaboração desses documentos e aí na elaboração falta ainda pessoal, falta ainda estrutura. Mesmo assim, já é a segunda operação que é realizada lá na nossa região e com grande sucesso.

Então, eu quero agradecer de coração a toda equipe que está fazendo esse trabalho de suma importância para toda nossa população do Estado de Rondônia e nessa oportunidade na região da grande Jarú. Parabenizar e agradecer. E dizer também, senhor Presidente, que começou ontem a negociação da pauta do *Grito da Terra*, o 16º *Grito da Terra* que é coordenado pela FATEGRO, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura, junto com os seus Sindicatos, Lideranças de todo o Estado estão em Porto Velho, desde ontem, junto com a SEAGRI, junto com a Secretária Mari e do Coordenador Carlinhos, coordenando o processo junto ao Governo e a Federação coordenando a pauta de negociação, tanto junto ao Governo do Estado quanto aos órgãos federais. É importante salientar que diversas das políticas públicas hoje implementadas no Brasil e no Estado de Rondônia, especificamente, advêm da mobilização da classe trabalhadora, em todos os espaços a união e a mobilização faz com que as propostas que chegam ao Governo elas são ao longo do tempo, Deputado Ribamar, discutidas, mastigadas, digeridas pelo Poder Público e normalmente se transformam em Leis, normalmente se transformam em políticas públicas. Foi assim, é assim a nível nacional e é assim também no Governo do Estado, não quer dizer que todas as propostas que os trabalhadores do campo trazem para discutir elas são implementadas imediatamente. Eu me lembro muito bem que quando eu comecei há uns vinte anos trabalhar junto ao movimento sindical, ser Presidente de Sindicato, nós íamos junto a Brasília, junto com

a Confederação, que é a CONTAG, discutir proposições de política pública junto ao Governo Federal desde os anos 90. E aí quando nós propúnhamos naquela época que precisava criar uma linha de crédito específico para a agricultura familiar, precisava criar uma Lei específica para a agricultura familiar com relação ao reconhecimento de duas categorias no campo, criar Programa de Energização do Campo como é gratuito na cidade, criar Programa *Minha Casa, Minha Vida* rural, tudo isso são políticas que depois vieram a ser implementadas pelo Governo que saiu da ideia e das proposições do movimento sindical. Então, dos movimentos sociais em si, de uma forma geral, importante frisar que esses trabalhadores que estão aqui muitos me perguntam, quanto é que vocês pagam para os trabalhadores vir aqui? Porque quando é à direita que mobiliza, ninguém paga nada, mas quando são os pobres, todo mundo tem que pagar muito. Pelo contrário, esses trabalhadores vêm aqui porque eles conhecem, entendem a necessidade que é debater políticas públicas, debater e propor políticas públicas, porque o Governo é como uma mãe, uma mãe, ela tem um monte de afazeres em casa, ela tem roupa para lavar, tem louça para lavar, tem a casa para limpar, tem o filho para cuidar. Essa criança, Deputado Luizinho, quando amanhece, a mãe dá banho, trata, coloca lá berço e vai cuidar da sua vida, vai cuidar de limpar a casa, vai lavar roupa, levar comida na roça, é normal, se essa criança não chorar lá no berço, a mãe adia ou posterga o espaço de dar de mamar para ela, mas quando ela chora a mãe larga tudo que tem a fazer e vai cuidar em dar de mamar para a criança. A mesma coisa é o povo com relação aos Governos, a mesma coisa, tanto faz Municipal quanto Nacional, quanto Estadual. Se o povo não reclamar, se o povo não pedir, se o povo não propuser, dificilmente a demanda será atendida, aquele que mais chora é o que mais leva, e é isso que a população faz, é isso que a sociedade de uma forma geral tem que fazer, é ir para a rua, é mobilizar, é mostrar a cara, é mostrar que existe e principalmente essa categoria. Agricultura Familiar ela representa aqui no Estado de Rondônia mais de 87% das propriedades deste Estado, tem na sua produção uma das maiores economias ou a principal via econômica do nosso Estado, gera mais de 80% do emprego no Estado de Rondônia. Então, nada mais justo que agricultura tenha um olhar específico, tem que ter um olhar diferenciado pelo Governo, quando nós na Comissão de Agropecuária, Deputado Ribamar estava junto, propusemos rediscutir o orçamento deste ano e o Governo aceitou em fazer aquele aditivo no orçamento geral do Estado, elevando o teto de dez milhões para dezoito milhões, é um avanço muito grande para a agricultura.

Então, nós temos que ter a noção da importância que é isso, ou a gente implementa isso, ou a gente acaba desmotivando a nossa população de ficar no campo. A mesma coisa quando eu trouxe e convidei os movimentos sociais, os pais de alunos para discutir o ensino por mediação tecnológica. Temos que fazer o debate porque educar é muito mais do que às vezes se propõe no contexto momentâneo do Estado, educar é você conseguir fazer com que o educando receba a educação geral, mas que ele tenha o conhecimento exato do que é da realidade do espaço em que ele vive, porque é ali que ele vai conseguir sobreviver. Não tenho medo nenhum em dizer ao longo da nossa história, a maior causa de êxodo rural é o modelo de educação que tem no nosso país, não é no Estado

de Rondônia, é no Brasil. Não se trata a educação específica para cada espaço.

O Sr. Laerte Gomes – Permita-me um aparte, Deputado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Pois não, Deputado.

O Sr. Laerte Gomes – Vossa Excelência muito bem coloca aí seu trabalho, a sua luta, a gente acompanha, sempre nas suas audiências eu gosto de estar, que são audiências produtivas realmente. A questão do orçamento, eu queria até solicitar de Vossa Excelência a questão do orçamento que foi mudado para inscrições de muda de café. Nós temos na nossa região uma demanda muito grande, eu coloquei até uma emenda, mas não foi o suficiente ainda, para ver como está o andamento disso, nós vamos realmente ter, se nós vamos ter realmente ter algum financeiro do orçamento disso para fazer aquisição de muda direta pela Secretaria de Agricultura, até para a gente situar e ver como vai ser distribuído isso nos municípios com aptidão para tal, para cafeicultura. Vossa Excelência, como Presidente da Comissão de Agricultura, e faz muito bem isso, se Vossa Excelência pudesse, nós já estamos chegando à época do plantio, setembro, outubro, se Vossa Excelência pudesse dar uma olhada nisso aí, uma cobrada, acho que seria importante. Eu tenho recebido ligação direta, eu recebi uma agora justamente cobrando isso.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Agradeço, Deputado Laerte. Eu quero até pedir a Vossa Excelência para que assim que a gente retornar do período de recesso nós podermos sentar com o Governo, com a pasta de planejamento, com a SEFIN e a gente traçar um calendário junto com a Comissão de Agropecuária de liberação dos recursos também na questão das mudas de café, das mudas de cacau, dos equipamentos que estão sendo propostos aqui da aquisição para a EMATER. Então, é importante que a gente faça isso em conjunto.

E para concluir, eu só quero aqui parabenizar a Federação dos Trabalhadores da Agricultura, para, em nome do presidente Fábio, toda a direção, em nome de todos os Diretores de Sindicato presentes eu convido a Assembleia, a partir de amanhã, a partir das cinco e meia, entre cinco e meia e seis e meia da manhã estarão chegando as Caravanas de todo Estado de Rondônia. Nós teremos aqui aproximadamente dois mil trabalhadores em Porto Velho, fazendo o reforço da negociação da Pauta. O Governador Confúcio recebeu na abertura das negociações da *Pauta do Grito*, recebeu a Comissão lá no Palácio e disponibilizou as Secretarias para que pudessem fazer essa mediação e essa proposição. Volto a repetir. Às vezes o que nós vamos pedir hoje, os trabalhadores estão pedindo hoje, possa ser absurdo no atual momento dado a conjuntura em que se encontra o país, mas eu tenho certeza que o que é impossível hoje, também o era impossível lá nos anos 90 quando nós discutimos que o produtor, que o agricultor familiar tinha que ter casa própria na roça, e hoje é a realidade. Então, essas proposições no futuro serão bastantes, serão possíveis de serem atendidas, e com certeza irão valorizar.

E por último, essa questão das Usinas, eu concordo plenamente que precisa fazer essa discussão, porque o Governo Federal não pode vir aqui continuar querendo e impor ao nos-

so Estado, que é um Estado com as suas contas sanadas, aquilo que ele imagina e o que ele pensa. As centrais, a Santo Antônio Energia ela precisa entender que esse Estado tem que ser respeitado. E que as Licenças, tudo aquilo que é de obrigação tem que ser cumprido, porque senão esta Casa e o Governo também não aceitarão qualquer imposição, assim como as comunidades que estão lá necessitando de fazer o processo de compensação que tem que ser feito.

Era isso que eu tinha, senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabéns Deputado Lazinho.

Ainda no Grande Expediente, por 20 minutos, com direito a apartes, o Deputado Adelino Follador. O Deputado Adelino está ausente.

Encerrado o Grande Expediente, passemos às Comunicações de Lideranças. Não há oradores inscritos. Encerradas as Comunicações de Liderança, passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (3º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer a apresentação e tramitação do Projeto de Lei do Poder Executivo que “Dispõe sobre o Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em uso no Estado de Rondônia e dá outras providências, encaminhado por meio da Mensagem nº135, de 04 de julho de 2016”.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO E DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Que requer a Mesa Diretora que solicite ao Poder Executivo, informações conforme discriminadas.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO SAULO MOREIRA. Que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária da Rádio FM dos Amigo de Alto Paraíso - ACAAP, com sede no município de Alto Paraíso – RO.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Acrescenta dispositivos ao Regimento Interno.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO. Requer à Mesa Diretora, que solicite junto ao Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos do Estado de Rondônia, DER, cópia do processo administrativo, na íntegra, bem como quais as providências adotadas no que tange à servidora pública lotada no cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Chefe de Equipe II, do DER, sendo exonerada no dia 07 de maio de 2015.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de estadualizar as Linhas 50, 40, 55 e 60, nas imediações da BR-421, no Vale do Jamari, objetivando transferência da responsabilidade de manutenção das referidas vias.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO DOUTOR NEIDSON. Indica ao Poder Executivo Estadual, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes, DER, a necessidade de realizar o Patrolamento das vias nas Linhas 22 da BR-319 e do Abacaxi sentido Porto Velho/Humaitá.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO DOUTOR NEIDSON. Indica ao Poder Executivo Estadual de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes, DER, a necessidade em ceder máquinas para realizar a abertura de Estrada

com 25 km, ligando a Aldeia Tanajura e Deolinda, com escopo de ligar o Linhão de energia elétrica, que irá beneficiar a aldeia Deolinda, no Município de Guajará-Mirim.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Matrinchã, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Jundiá, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Caparari, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Surubim, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Piracanjuba, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Dourado, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Tucunaré, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Barbados, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Aruana, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Tambaqui, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Jaraqui, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Branquinha, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Piaba, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Mandi, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Beco Ceará, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Apapá, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Pacu, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Pirarara, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Piramutaba, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Pintado, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Candiru, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Curimatã, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Jatuarana, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Beco Mandi, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Piraíba, Bairro Lagoa, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Frei Tito Lima, Bairro Socialista, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Inácio Menezes, Bairro Socialista, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua União, Bairro Socialista, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Rio de Janeiro, Bairro Socialista, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Alexandre Guimarães, Bairro Socialista, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Costinha, Bairro Socialista, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Quarentinha, Bairro Socialista, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Dolores Duran, Bairro Socialista, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Ibrahim Sued, Bairro Socialista, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua 09 de Outubro, Bairro Socialista, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Rosa Pinto, Bairro Socialista, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Javali, Bairro Socialista, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Grande Otelo, Bairro Socialista, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Francisco Menezes, Bairro Socialista, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Amélia Farias, Bairro Socialista, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Santo Antônio, Bairro Socialista, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Voluntários da Pátria, Bairro Socialista, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Áurea, Bairro Socialista, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Quirinópolis, Bairro Socialista, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Renato Russo, Bairro Socialista, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Ayrton Senna, Bairro Ayrton Senna, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua McLaren, Bairro Ayrton Senna em Porto Velho;

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Ferrari, Bairro Ayrton Senna, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Interlagos, Bairro Ayrton Senna, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Toyota, Bairro Ayrton Senna, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Mangabeira, Bairro Ayrton Senna, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Marcelina, Bairro Ayrton Senna, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Murupe, Bairro Ayrton Senna, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Rio Preto, Bairro Ayrton Senna, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Triângulo, Bairro Ayrton Senna, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Canindé, Bairro Ayrton Senna, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Ipu, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Nova Esperança, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Cedro, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Da Paz, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Alameda Modelo, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Beija-Flor, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Francisca Guimarães, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Santos, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Jaú, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Piratininga, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Vasco da Gama, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua João Paiva, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Ubirajara, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Quixadá, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Massapé, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Ana Sobral, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Ana Caucaia, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Botafogo, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Indaiá, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO - DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Maranguape, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO - DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Cascavel, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO - DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Buquê, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO - DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Palmeiras, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO - DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Vila Velha, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO - DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Cruzeiro, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO - DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Peperonea, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO - DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Dois Irmãos, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO - DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Sabedoria, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO - DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua dos Comerciantes, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO - DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Piau, Bairro Lagoinha, em Porto Velho.

Lidas as matérias, senhor Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) - Lidas as proposições, neste momento eu suspendo a sessão por conveniências técnicas e por tempo indeterminado. Está suspensa a sessão.

(Às 16 horas e 09 minutos é suspensa a sessão e reaberta às 16 horas e 54 minutos).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está reaberta a sessão. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura das matérias a serem apreciadas.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer a apresentação e tramitação no Projeto de Lei do Poder Executivo que dispõe sobre o Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso no Estado de Rondônia, e dá outras providências, encaminhado por meio da Mensagem nº 135, de 04 de julho de 2016.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, eu peço que seja feita a verificação de Quórum para ser, no caso, votado esse Requerimento do Deputado Laerte Gomes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Não entendi, Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Seja feita a verificação de Quórum para ser votado o Requerimento do Deputado Laerte Gomes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao senhor Secretário que seja feita a chamada nominal, para conferir o quórum, a pedido do Deputado Jesuíno, verificação de quórum.

Todos os Deputados para registrar sua presença para iniciar a votação, há uma verificação de quórum, pedido por Sua Excelência o Deputado Jesuíno Boabaid.

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

- Deputado Adelino Follador	- presente
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- presente
- Deputado Cleiton Roque	- presente
- Deputado Dr. Neidson	- presente
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- presente
- Deputada Glaucione	- presente
- Deputado Hermínio Coelho	- presente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- presente
- Deputado Laerte Gomes	- presente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- presente
- Deputado Lebrão	- presente
- Deputado Leo Moraes	- presente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- presente
- Deputado Marcelino Tenório	- presente
- Deputado Maurão de Carvalho	- presente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosangela Donadon	- presente
- Deputado Saulo Moreira	- presente
- Deputado Só Na Bença	- presente

Com 18 Deputados presentes, há quórum.

Em discussão o Requerimento do Deputado Laerte Gomes, do PSDB.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Para discutir. Esse requerimento trata-se de uma matéria que tramitou aqui nesta Casa, que aumenta imposto, foi aquele, Deputado Adelino, que Vossa Excelência foi relator, para criar uma espécie de verificação nos carros, R\$ 96,00.

Então, eu sou contrário a essa matéria, que fique registrado. A tramitação precisa de um terço dos Deputados, então está retornando novamente a esta Casa, por isso que eu pedi a verificação de quórum para ser novamente discutida, tramitar nas Comissões e discutir.

Meu voto é contrário à tramitação nesta Casa neste ano. Então, era isso que eu queria falar, aumento de imposto “não”, ainda mais se discutir R\$ 96,00 ainda para cada veículo automotor. Esse projeto vai tramitar novamente, que fique registrado isso.

O SR. MAURAO DE CARVALHO (Presidente) – Então, o requerimento, o voto contrário do Deputado Jesuíno Boabaid e os outros votos favoráveis.

Está aprovado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Hermínio, o senhor é a favor que tramite esse projeto?

O SR. MAURAO DE CARVALHO (Presidente) – Eu gostaria que o Deputado Laerte explicasse o Requerimento para o Deputado Hermínio tirar a dúvida.

O SR. LAERTE GOMES – O Projeto, Excelência, foi arquivado na CCJ. O que está sendo feito é só pedindo o rearquivamento dele e vai tramitar nas Comissões, a Casa vai ter o tempo hábil para discutir e se entender que lá na frente, se entender que tem que ser votado da forma que for, pode ser a questão de que já é uma legislação que tem, a questão ambiental, inspeção ambiental.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, é inspeção, deixa eu explicar...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO - (Presidente) – Deputado Hermínio, o que Vossa Excelência perguntou? Só para gente ouvir aí no microfone. Vossa Excelência vota com o Deputado Jesuíno Boabaid? O Deputado Dr. Neidson também.

Três votos contrários, quatro votos contrários e 15 a favor. Aprovado.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 442/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 135. Dispõe sobre o Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em uso no Estado de Rondônia e dá outras providências.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID E DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Requer à Mesa Diretora que solicite ao Poder Executivo as informações conforme discriminadas.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid e Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAERTE GOMES – Qual é o requerimento?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Deputado Laerte é contra?

O SR. LAERTE GOMES – Não, eu sou, só colocar, senhor Presidente, que a questão do projeto das usinas, os Deputados, o Deputado Lazinho e o Deputado Jesuíno, parabenizar por esse Requerimento, é importante, mas há tempo hábil para discutir esse projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação.

Aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 104/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 136. Dispõe sobre competência administrativa para apuração de infrações disciplinares cometidas por peritos criminais cedidos à Polícia Técnico-Científica do Estado de Rondônia – POLITEC.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei Complementar 104/16/Mensagem 136. Está sem parecer.

Solicito o Deputado Adelino, o Deputado Léo Moraes para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, trata-se do Projeto de Lei Complementar 104/16, Mensagem 136. Dispõe sobre competência administrativa para apuração de infrações disciplinares cometidas por peritos criminais cedidos à Polícia Técnica Científica do Estado de Rondônia – POLITEC.

Em nome das Comissões pertinentes, nós somos favoráveis ao referido projeto, Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Léo Moraes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram.

Aprovado o parecer.

Em votação o Projeto de Lei Complementar 104/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se...

O SR. JESUÍNO BOABAID – É Complementar, não? Complementar é voto nominal.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Então já foi votado o parecer, a votação é nominal. Em votação o Projeto, painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosangela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 17 votos, está aprovado em primeira discussão. Vai à segunda.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, só ressaltando aqui e parabenizando o Deputado Léo Moraes, que foi quem fez toda essa batalha, essa luta, e foi um pedido dele através

de uma solicitação dele que o Governo enviou esse Projeto para esta Casa, Deputado Léo Moraes, atendendo um pedido de Vossa Excelência junto aos que fizeram esse pleito a Vossa Excelência. Parabéns por ter atendido mais uma vez essa classe.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – É verdade, parabéns, Deputado Léo Moraes, que se empenhou e sempre defendeu a categoria, portanto, o Projeto veio para a Casa, e agora está aprovado aí por unanimidade pela Casa.

O SR. LÉO MORAES – Obrigado ao nosso apoiador, Deputado Maurão de Carvalho. Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Nesse caso apoiador na amplitude toda, Deputado Maurão, diz que nos próximos três meses vai apoiar todos os seus Projetos e pleitos.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Parabéns, Deputado Léo Moraes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eleito Prefeito de Porto Velho, com certeza, não é? Vamos estar apoiando.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE RESOLUÇÃO 076/16 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Acrescenta dispositivos ao Regimento Interno.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Jesuíno está retirando o Projeto dele, até porque está sem parecer para a gente fazer um estudo melhor no Projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu vou pedir para retirar o Projeto para analisar a parte jurídica.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Deputado.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 403/16 DO PDOER EXECUTIVO/MENSAGEM 081. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 8.395.207,00, em favor da Unidade Orçamentária Fundo de Investimentos e Apoio ao Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira do Estado – PROLEITE.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei 403/16, Mensagem 081 do Executivo. Falta o parecer pelas Comissões pertinentes. Solicito ao Deputado Adelino Follador para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 403/16 Mensagem 081. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 8.395.207,00, em favor da Unidade Orçamentária Fundo de Investimento e Apoio ao Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira do Estado – PROLEITE.

Depois de muita discussão, inclusive pelo Deputado Marcelino Tenório, Projeto que foi muito discutido e precisa ser melhor aplicado o recurso do PROLEITE, esperamos que a Secretaria de Estado da Agricultura faça um trabalho, e nós

temos que acompanhar, Deputado Marcelino, mais de perto, a Comissão de Agricultura também, Deputado Lazinho, todos os Deputados, para que esse Programa do PROLEITE, que é um Programa muito importante, seja colocado de fato a bem dos produtores.

Então, sou de parecer favorável, senhor Presidente, e esperamos que a Secretaria de Agricultura faça uma boa aplicação desse recurso. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Senhor Presidente, uma Questão de Ordem. Questão de Ordem, Manvailer. Esse Projeto seria de suma importância ser passado pela Comissão de Agropecuária. Estava conversando com o Deputado Marcelino se existe a possibilidade de a gente colocar um Requerimento nele, solicitando um planejamento da Secretaria, não impede a votação, senhor Presidente. Não é emenda, não, é solicitar para que fique oficial aqui através da Comissão de Agropecuária que a Comissão do PROLEITE, encaminhe para esta Casa planejamento de execução para o recurso solicitado, ok?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, eu, deu o parecer já?

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Já, o parecer foi favorável pelo seu Projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Foi...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Já deu o parecer, Deputado Follador.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Como é a situação do PROLEITE, não é? Eu vou pedir vista.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu queria pedir para o Deputado Jesuíno não fazer isso porque vai prejudicar...

O SR. JESUÍNO BOABAID – O Projeto está com todas as ações?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Está, só o que a gente solicita é para que eles encaminhem para a Comissão e por isso que eu estou fazendo aqui, encaminhar para a Comissão o Planejamento de Execução do Recurso. Só isso, Deputado. Para a gente poder acompanhar, ok? Aí eu solicitaria que Vossa Excelência retirasse o Requerimento.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Deputado Lazinho, está com o Parecer.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Tem o Parecer, já?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Jesuíno.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Pois não, Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Só queria fazer um pedido ao Deputado Jesuíno diante da discussão que já foi feita pelo Deputado Lazinho, que é conhecedor da matéria. Gostaria que Vossa Excelência retirasse, porque eu entendo que essa sim é uma matéria que a gente já sabe que vai ter fim, essa a gente já sabe. Então ela está clara, beleza e eu sei do cuidado e a

vigilância que Vossa, como bom combatente, sempre tem com as matérias que tramitam nesta Casa.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Presidente, está sendo discutido o Parecer, não é? Está sendo discutido o Parecer ainda?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Jesuíno, Deputado Maurão.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Está sendo discutido o Parecer.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Jesuíno, eu estou dando o parecer favorável que o Deputado Marcelino fez um Requerimento para a Comissão de Agricultura e foi informado aonde será aplicado já, só que nós temos que ter um acompanhamento dessa aplicação. Então, esse Requerimento do Deputado Lazinho eu acho que é muito bom, que veio em boa hora colocar essa observação, que seja aprovado com essa observação para que mande nesta Casa a aplicação deste recurso para a gente fiscalizar se vai ser aplicado naquilo que está previsto mesmo. Mas, Deputado Jesuíno, eu gostaria que se revisse a situação, eu acho que tem algumas coisas que precisam ser urgentes, que são materiais que estão comprando para o IDARON para fiscalizar melhor, para fazer o trabalho do IDARON. Eu acho muito importante a liberação deste recurso agora para não deixar depois do recesso. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Deputado, então solicito, Deputado Jesuíno, por favor, pode retirar aí e votar o Projeto e votar sem problema nenhum.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu vou abrir mão do meu Requerimento porque já que existem essas informações e o Governo vai acatar.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Obrigado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – E está sendo discutido o Parecer ainda, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Em votação o Parecer. Em discussão e votação o Parecer. Encerrada a discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei 403/16.

O SR. MARCELINO TENÓRIO - Para discutir o Projeto, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Ainda para discutir o Deputado Marcelino Tenório.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – É só para dar mais informações aqui, como falou que essa matéria passou na nossa Comissão, Deputado Jesuíno, Deputado Lazinho, que nós vamos acompanhar de perto esse recurso, porque o recurso ele tem uma finalidade, a finalidade é de quê? É de gerar mais renda e riqueza no nosso Estado de Rondônia, infelizmente não está acontecendo. Aí, Deputado Jesuíno, nós vamos fiscalizar de perto mesmo esse recurso de R\$8.600.000,00 que está sendo destinado ao PROLEITE, que assim nós possamos ter uma produção melhor do que nós já temos, não é, Deputado Lazinho

da Fetagro? Está bom, senhor Presidente, era só para esclarecimentos.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai à 2ª votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 423/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 104. Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº688, de 27 de dezembro de 1996, que institui o imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, ICMS, e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - O Projeto se encontra sem o Parecer pelas Comissões pertinentes. Solicito ao Deputado Adelino Follador para emitir o Parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 423/16 do Poder Executivo, Mensagem 104. Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº688, de 27 de dezembro de 1996, que institui o imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, ICMS, e dá outras providências.

Esse Projeto tendo em vista que é só uma adequação, não tem aumento de imposto.

Somos de Parecer favorável pelas Comissões pertinentes, senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, peço Vista ao Projeto, e próxima matéria que o senhor chamar, peço vista. Primeiro que tem o Requerimento, não atendeu, está sob análise, eu não sei por quê colocaram esse Projeto aí.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Está concedido o pedido de vista do Deputado Jesuíno Boabaid. Está deferido.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 415/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 097. Altera o artigo 1º, o inciso I do artigo 4º, o Parágrafo único do artigo 6º e o *caput* e Parágrafo Único do artigo 12, da Lei nº 3.447, de 15 de setembro de 2014, que “Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual das Cidades do Estado de Rondônia - Concidades/RO”, e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - O projeto de lei se encontra sem parecer pelas Comissões pertinentes. Solicito ao Deputado Adelino Follador para emitir o parecer.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Projeto de Lei 415/2016, Mensagem 097, que Altera o artigo 1º, o inciso I do artigo 4º, o Parágrafo Único do artigo 6º e o *caput* e parágrafo único do artigo 12, da Lei nº 3.447, de 15 de setembro de 2014, que “Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual das Cidades do Estado de Rondônia - Concidades/RO”, e dá outras providências.

Este projeto se trata simplesmente mudando, hoje ele funciona ligado à Secretaria de Planejamento e está mudando para a SEAS. Então, houve um questionamento por parte de alguns conselheiros que não queriam ir, mas estiveram comigo, depois não voltaram mais, então, como não houve mais questionamento nenhum, nós estamos dando parecer favorável pelas Comissões pertinentes, senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Presidente, criando conselho, eu falei que está descumprindo o artigo 101 da Lei Complementar, da Lei de Responsabilidade Fiscal, não tem o parecer jurídico, não trouxeram até o presente momento, eu sei que altera, mas o Estado de Rondônia que mais tem Conselhos, para mim o que era viável o Estado de Rondônia acabar com os conselhos que tem aí que são totalmente infrutíferos, que não trazem nenhum resultado, não trazem nenhum resultado, sou contrário também a essa situação. Então, por mim, também eu peço vista deste projeto.

O SR. LAERTE GOMES - Sr. Presidente, só para colocar aqui que o nobre Deputado falou, senhor Presidente, não está criando nenhum conselho, o Deputado está enganado, equivocado, o que está sendo feito aqui é só mudando de Secretaria o conselho que era da SEPOG para a SEAS, simplesmente isso, Deputado, não está criando nenhum conselho, nada, é só essa mudança aqui, V. Exª deve ter olhado o projeto e passado despercebido disso, aqui não está criando nenhum conselho.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Está alterando o conselho, não é isso?

O SR. LAERTE GOMES - Só está mudando a Secretaria.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Em discussão o parecer.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Não, está com vista. Passa para o outro.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - O pedido de vista do Deputado está deferido. Próximo projeto.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 435/16, PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 121. Autoriza o Poder Executivo abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$ 80.000,00 em favor da Unidade Orçamentária Fundo de Apoio à Cultura do Café em Rondônia - FUNCAFÉ.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - O projeto se encontra sem parecer. Solicito ao Deputado Adelino emitir o parecer pelas Comissões.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Mensagem 121, Projeto de Lei 435/2016. Autoriza o Poder Executivo abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$ 80.000,00 em favor da Unidade Orçamentária Fundo de Apoio à Cultura do Café em Rondônia - FUNCAFÉ.

Somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, senhor Presidente, tendo em vista que o café hoje é um dos que mais está arrecadando imposto e além disso está dando emprego na lavoura e está numa fase muito importan-

te, então esse apoio é muito importante para a questão da área do café.

Está aqui a Deputada Glaucione que é de Cacoal, uma região cafeeira, nós também estivemos em Alto Paraíso esta semana, com certeza Buritis também, são regiões que precisam muito incentivar o café. Parecer favorável, Sr. Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Em discussão o parecer do Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 435/16, os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 439/16, PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 138. Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei 3.350, de 24 de abril de 2014, que "Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências".

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Deputado Jesuíno Boabaid, Vossa Excelência vai retirar a vista do Projeto de Lei 415/16?

O SR. JESUÍNO BOABAID - Sim. Explicações corretas realmente, está só alterando a redação.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Está retirado. O Projeto encontra-se sem parecer. Solicito do Deputado Marcelino para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. MARCELINO TENÓRIO - Projeto de Lei 439/16 de autoria do Poder Executivo/Mensagem 138. Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014, que "dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências".

Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, pela legalidade e constitucionalidade, meu parecer é favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Em discussão...

O SR. JESUÍNO BOABAID - Para discutir.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Deputado Jesuíno para discutir.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Eu quero conhecer o Projeto. O líder do Governo, Deputado Laerte, faça uma explicação do Projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Deputado Laerte, para explicar o Projeto para o Deputado Jesuíno. Mas, em discussão...

O SR. JESUÍNO BOABAID - Não. Está discutindo!

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Vai discutir o Projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Está discutindo o parecer.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Então o parecer.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Está discutindo o parecer. A explicação dele é para...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Então ainda para explicar, o Deputado Jesuíno pede explicação do parecer ao líder Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES - Sr. Deputado Jesuíno, isso aqui é o PROAFI, que trata hoje da atual forma que está, esse recurso pode ser usado para escola para reforma e ampliação e agora com a mudança aqui vai ser possível também para a construção, tem várias escolas, por exemplo, que precisam de auditórios, construir salas, vão poder usar o PROAFI agora para fazer isso.

Eu acho que é um Projeto interessante, que atende.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Leia para mim o artigo que está alterando aí. É porque o que eu estou falando Deputado Laerte e Presidente...

O SR. LAERTE GOMES - Não. Está correto, está correto.

O SR. JESUÍNO BOABAID - É porque lá o Benedito do Tribunal de Contas, nós alteramos aqui a Lei do PROAFI e ele de forma, eu não sei se monocrática, que agora eles estão até adjudicando, ele decidiu que não é para cumprir essa questão do PROAFI e qual é a nossa preocupação? Que haja alteração e o Benedito que é o Relator, Conselheiro, venha e decida em não aplicar essa Lei, porque o Conselheiro hoje está mandando mais do que tudo.

O SR. LAERTE GOMES - Só essa questão do Tribunal de Contas, quem fiscaliza os recursos é o TCU, o recurso federal, o Tribunal de Contas ele não tem, ele não tem...

O SR. JESUÍNO BOABAID - A situação dos Guardas de Portarias foi colocada aqui, a vigilância...

O SR. LAERTE GOMES - Não. Esse caso aqui, esse caso...

O SR. JESUÍNO BOABAID - Não. É PROAFI, é verba pública.

O SR. LAERTE GOMES - Esse caso é federal. Eles colocam porque... Vossa Excelência tem razão no que disse.

Deixa, eu pegar aqui, Deputado, que eu já vou lhe explicar as mudanças.

Na redação atual, senhores Deputados, "*poderá, conforme disponibilidade orçamentária, repassar valores diferenciados em parcelas adicionais para todas as unidades executoras de acordo com a planilha orçamentária devidamente assinada por profissionais da área apresentada pela Unidade e aprovada pela SEDUC*". Essa é a redação atual.

Nessa que está aqui, a Secretaria de Estado poderá pagar, aliás, a Secretaria de Estado poderá, "para atender ne-

cessidades de interesse público a realização de despesas do PROAFI regular, repassar parcelas adicionais de recursos a todas as Unidades Executoras, contratar serviços, inclusive de engenharia, realizar manutenção, construção “que é onde há mudança”, construção, e conservação de instalação de equipamentos, cujo valor do Projeto incluídas todas as suas parcelas não ultrapasse a 100% do programa do valor fixado na alínea “a” que é o valor do limite que faz até cento e quarenta e nove mil.

Então, aqui só está mudando essa questão basicamente da construção, que é uma questão que os diretores têm cobrado sistematicamente, essa é a mudança, o entendimento do Projeto, Excelência.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Obrigado, líder do Governo, por Vossa Excelência ter explicado o Projeto.

O SR. MAURÃO DE CRVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Marcelino Tenório. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei 439/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

O Projeto de Lei que o Deputado Jesuíno tinha pedido Vista, ele retirou o pedido de vista, já está com o parecer favorável.

Em discussão e votação o parecer do Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 415/16. Os Deputados favoráveis permaneçam...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Esse projeto é do Conselho, não é? É o do Conselho? Ah, tá.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Concidades. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram.

Aprovado. Vai à segunda votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 073/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 034. Altera a redação dos artigos 132 e 133 e acrescenta os artigos 132-A e 132-B à Lei Complementar nº 68, de 9 de dezembro de 1992, que “Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais e dá outras providências”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto se encontra sem parecer. Solicito o Deputado Laerte emitir o parecer.

O SR. LAERTE GOMES – É para dar o parecer, senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – É, o parecer.

O SR. LAERTE GOMES – Trata-se do projeto do Executivo, Mensagem 034, Projeto de Lei Complementar 073/16. Altera a redação dos artigos 132 e 133 e acrescenta os artigos 132-A e

132-B à Lei Complementar nº 68, de 9 de dezembro de 1992, que “Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais e dá outras providências”.

O parecer, senhor Presidente, o parecer do nosso projeto, esse projeto visa redefinir os requisitos a concessão de prorrogação de licença para frequentar curso de graduação, pós-graduação e aperfeiçoamento profissional. Estabelece mecanismo para julgamento das solicitações realizadas para os servidores na participação em curso de graduação, especialização e aperfeiçoamento, bem como garante a prestação de atividades laborais para os servidores licenciados do Estado de Rondônia no prazo igual ao seu afastamento. “Além”, de esclarecer caso de ressarcimento ao erário. Então, Senhor Presidente, o projeto pela legalidade e constitucionalidade e por redação técnica, o nosso parecer é favorável.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Laerte Gomes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Em discussão. Esse projeto é, Deputado Laerte e Presidente, ele é aquele que autoriza o Estado conceder licença para os servidores estudarem. É isso?

O SR. LAERTE GOMES – Isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É esse?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Em votação, em primeira discussão e votação. A votação é nominal, o painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lázinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 18 votos, está aprovado. Vai à segunda discussão.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 437/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 123. Retifica o Anexo II, da Lei nº 3.811, de 19 de maio de 2016, que autorizou o Poder Executivo a abrir crédito adicional por anulação no Orçamento-Programa do Estado de Rondônia para o exercício de 2016.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto está sem parecer. Solicito o Deputado Adelino para emitir o parecer pelas Comissões pertinente.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 437/16. Retifica o Anexo II, da Lei nº 3.811, de 19 de maio de 2016, que autorizou o Poder Executivo a abrir crédito adicional por anulação no Orçamento-Programa do Estado de Rondônia para o exercício de 2016.

Somos de parecer favorável, senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É esse que está corrigindo aí, Presidente? É o que está corrigindo, o Projeto de Lei, leia aí, por gentileza. É o que está fazendo a correção?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação Projeto de Lei 437/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO. Requer à Mesa, nos termos do parágrafo único, artigo 199 do Regimento Interno, seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação nos Projetos de Lei. 437/16, 439/16, 442/16, 403/16, 104/16, 073/16, 415/16, 423/16 e 435/16.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Requerimento do Deputado Lebrão. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há mais matérias. Encerrada a Ordem do Dia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia. Passamos às Comunicações Parlamentares. Não há oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para em seguida com a finalidade de aprovar em segunda votação as matérias a serem apreciadas nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

**(Encerra-se esta Sessão
às 17 horas e 39 minutos).**

CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA

PORTARIA N. 021/2016/CA/ALE/RO

O CORREGEDOR CHEFE DA CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, em obediência aos princípios instituídos no Art. 37, *caput*, da Constituição Federal, ao disposto no Art. 181, da LCE de n. 68/1992 e no uso das atribuições que lhe confere o Art. 18º, parágrafo 2º, inciso III, do Ato 009/2015, por remissão do que dispõe a Lei Complementar n. 730/2013, publicada no DO-ALE n.057 de 16.04.14 e DO-ALE n.2311 de 01.10.13, respectivamente;

CONSIDERANDO, incorreções de natureza material na Portaria n.020/2016/CA/ALE/RO que determinou a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n.004/2016;

RESOLVE:

I - **RETIFICAR** a Portaria n. 020/2016/CA/ALE/RO, publicada no DO-e-ALE/RO n. 130, do dia 08.08.2016, pág. 2837.

ONDE SE LÊ: (...) Porto Velho-RO, 08 de agosto de 2015.

LEIA-SE: (...) Porto Velho-RO, 08 de agosto de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da ALE-RO.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Porto Velho-RO, 09 de agosto de 2016.

OSCAR DIAS DE SOUZA NETTO
Corregedor Chefe

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 270/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Tornar sem efeito o ATO Nº 245/2016-SRH/D/P/ALE, de 20/07/2016, publicado no DO-e-ALE/RO, Nº 126, de 02/08/2016, que concedeu diárias ao servidor ARILDO LOPES DA SILVA, conforme Processo nº 00010814/2016-95.

Porto Velho - RO, 08 de Agosto de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral-Adjunto